

**CPI - USP E OUTRAS UNIVERSIDADES****17.12.14**

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Pessoal, vamos todos fazer imagem da Mesa constituída? Comissão Parlamentar de Inquérito, Violação de Direitos Humanos nas Universidades do Estado de São Paulo. Havendo número regimental, declaro aberta a primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato 56, de 2014, com a finalidade de investigar as violações e direitos humanos, e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do estado de São Paulo, ocorridas nos chamados trotes, festas e cotidiano acadêmico.

Registro, com prazer, as presenças dos deputados Jorge Caruso, Sarah Munhoz, Carlos Alberto Bezerra Jr., Ulysses Tassinari, Marco Aurélio de Souza e Bruno Covas. Vamos fazer a eleição do relator.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, antes de tudo cumprimento a V. Exa. e a todos os membros dessa comissão. Esta é uma comissão de investigação importantíssima, que deve se aprofundar com seriedade sobre o tema. Nesse sentido, estou absolutamente convencido de que seria muito importante indicarmos um relator com identidade não só com a temática, mas também com a própria escola. Penso que o Dr. Ulysses, pela experiência e pela caminhada que tem, e médico formado na Universidade de São Paulo, poderia trazer uma grande contribuição a essa investigação e a essa comissão.

Portanto, eu indico o Dr. Ulysses Tassinari para o relator.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Excelente indicação. Em votação. Os deputados que concordam com o deputado Ulysses Tassinari, do PV, médico formado na Faculdade de Medicina da USP, como relator, permaneçam como estão. Aprovado.

Eu faço a indicação de dois sub-relatores: deputado Marco Aurélio de Souza, do PT, e deputado Carlos Alberto Bezerra Jr., do PSDB. Em discussão. Em votação. Os

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

deputados que concordarem que o deputado Marco Aurélio de Souza e o deputado Carlos Alberto Bezerra Jr. sejam sub-relatores, permaneçam como estão. Aprovada.

Em seguida, vou apresentar o seguinte requerimento:

“Nos termos do § 2º do Art. 34-B do Regimento Interno, requero à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do estado de São Paulo, ocorridas nos chamados trotes, festas e no seu cotidiano acadêmico, a convocação de reuniões da CPI durante o recesso parlamentar, no mês de janeiro.”

O requerimento tem por objetivo possibilitar a utilização das datas do janeiro próximo, para dar maior agilidade no andamento dos trabalhos dessa CPI, em razão do grande volume de documentos a serem analisados, bem como a necessidade de realizar oitivas das pessoas que serão convocadas para prestar informações.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Sr. Presidente, apenas para que a gente possa saber o andamento dos trabalhos, são quantos requerimentos que temos sobre a mesa?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Temos os secretos, os sigilosos que vou contar depois, mas os que serão votados imediatamente não são requerimentos individuais. São, na maioria deles, coletivos, e são 18 requerimentos, os sigilosos.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Eu pergunto a V. Exa. pelo seguinte: como os requerimentos não foram disponibilizados com 24 horas de antecedência, apenas sugeri a V. Exa. que a gente faça, em primeiro lugar, uma votação de inclusão desses requerimentos nesta Ordem do Dia, para, em seguida, apreciarmos individualmente cada um dos requerimentos, até para que não tenha nenhuma contestação futura. Primeiro, então, que a gente faça a admissão de todos esses requerimentos na nossa Ordem do Dia para, em seguida, individualmente, cada um desses requerimentos serem apreciados por essa comissão.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É regimental, mas tem uma votação que precede: se os deputados concordam em trabalhar no recesso.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Mas esse é também um requerimento que também precisa ser incluído na nossa pauta. Podemos então incluir 20 requerimentos, e esse é o primeiro, não há nenhum problema. É apenas para a gente não ter nenhuma contestação, como V. Exa. sabe, que essa não é uma CPI que vai ser facilmente conduzida. É apenas para que não tenha nenhum questionamento de discutir requerimentos que não foram disponibilizados com 24 horas de antecedência, para que a gente faça, primeiro, a inclusão de todos eles, incluindo esse, das sessões em janeiro, na nossa Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Excelente contribuição. Muito bom. Temos cerca de 20 requerimentos que não foram publicados previamente. Estou na condição de presidente da CPI fazendo o seguinte requerimento: de todos os requerimentos que estão nesta mesa, que seja admitida a inclusão deles na pauta de hoje para que eles possam ser apreciados pelos deputados.

Faço então esse requerimento, essa solicitação de que todos esses documentos que chegaram à secretaria da comissão passem a ser incorporados. Eu só peço a inclusão. Depois, a apreciação vai ser feita pelo vice-presidente, ou pelo relator. Só estou pedindo a inclusão. Como sou o autor de todos esses requerimentos, é evidente que não posso conduzir a votação. Estou pedindo a inclusão de todos esses requerimentos na pauta de hoje.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Há concordância, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Os deputados que concordam, permaneçam como estão. Darei então o resultado da votação: os deputados concordaram com a inclusão de todos esses requerimentos na pauta. Aprovado.

Passo então todos esses requerimentos para a vice-presidente, Sarah Munhoz, para que ela possa fazer a leitura de um por um dos documentos, para que possam ser votados individualmente.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - Pcdob** - “Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, solicito que se coloque em votação o trabalho dos parlamentares durante o período de recesso.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do § 2º do Art. 47 do Regimento Interno, requiero que o atendimento aos requerimentos, aprovados em sigilo, seja em reuniões reservadas desta CPI.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Sigilosos, certo? São cerca de quantos?

**A SRA. SARAH MUNHOZ - PCdoB** - Seis.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Seis? Está bom.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - Ficou para a reunião da comissão.

Requerimento: “Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requiero à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Paulo Comarin, Artur Danila, Flávio Augusto Miorim, Gabriel Fernandes Ribeiro, Affonso Cardozo de Oliveira Neto, Daniel Tarciso da Silva Cardozo e Kaiê Fernandes.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requiero à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotes”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a convocação de: Soraya Soubhi Smaili, magnífica reitora da Universidade Federal de São Paulo.”

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a obtenção das informações e documentos junto à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, ESALQ, da Universidade de São Paulo:

- Sindicâncias e processos disciplinares de docentes, discentes e funcionários, abertos na ESALQ nos anos de 2010, 2011, 2012, incluso 2014, referentes a casos de assédio moral e sexual, desvios de conduta outras violações de direitos humanos.

- Sindicâncias e processos disciplinares números: 2013.1.66.11.1, 2014.1.38.11.9, 61.1.43931.11.4, 2008.1.986.11.8 e 2002.1.599.11.9. “

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a obtenção das seguintes informações e documentos junto à “Associação Atlética Acadêmica Oswaldo Cruz”:

- Sua prestação de contas, tanto na versão sintética quanto detalhada, incluindo livro caixa e comprovantes anexos, bancos e comprovantes anexos e notas fiscais de bonificação dos exercícios de 2011, 2012, 2013, incluso 2014.

- Termos de cessão de uso ou comodato do terreno ocupado pela referida associação.

- Seu estatuto social atual. Caso tenha ocorrido alteração no estatuto nos últimos cinco anos, enviar os anteriores e as alterações.

- Contratos de exclusividade e/ou patrocínio e/ou comodato firmados com indústrias de bebidas, nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014.”

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a obtenção das seguintes informações e documentos junto ao “Centro Acadêmico Oswaldo Cruz”:

- Sua prestação de contas, tanto na versão sintética quanto detalhada, livro caixa e comprovantes anexos, bancos e comprovantes anexos, notas fiscais de bonificação etc. dos exercícios de 2012, 2013, incluso, 2014 e as atas de reunião do referido centro acadêmico dos anos de 2012, 2013 e 2014.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a obtenção das seguintes informações e documentos junto à Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo:

- Sindicâncias e/ou reclamações sobre os processos de seleção para a residência médica nos últimos dez anos.

- Reclamações registradas por moradores e outros sobre poluição ambiental e/ou vandalismo provocados pelas festas organizadas pelo centro acadêmico e pela associação atlética, em particular as festas “Carecas no Bosque” e “Fantasias no Bosque”, nos anos de 2005 a 2014.

- Sindicâncias e processos disciplinares de docentes, discentes e funcionários abertos na FMUSP nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013, incluso 2014, referentes a casos de assédio moral e sexual, desvios de conduta e convívio na “Casa dos Estudantes de Medicina”.

- Sindicâncias e processos disciplinares abertos na FMUSP nos anos de 2006, 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2013 e 2014 referentes a casos de racismo.”

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a convocação de: Carlos Gilberto Carlotti Junior, diretor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto, e Helio Cesar Salgado, vice-diretor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Nobre deputada, pela ordem. Esta sessão está sendo acompanhada pelo nobre deputado Rafael Silva, de Ribeirão Preto. Inclusive, depois vamos ler o relatório que o promotor de Ribeirão Preto abriu sobre a Faculdade de Medicina.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - Feita a exposição, continuamos a leitura dos requerimentos.

“Nos termos do inciso II do artigo 34-B do Regimento Interno Consolidado, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “investigar as violações dos direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das Universidades do Estado de São Paulo ocorridas nos chamados “trotos”, festas e no seu cotidiano acadêmico” a convocação de: Roberto Chagas dos Santos, funcionário da Faculdade de Medicina da USP.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotos, festas e seu cotidiano acadêmico,

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

a convocação de: Rodolfo Furlan Damiano e Carolina Abraão Fasanella, estudantes da Faculdade de Medicina da PUC de Sorocaba (São Paulo); Felipe José Dommarco Yaride, estudante da Esalq-USP e Thaís Santos Moya, pós-graduanda da Universidade Federal de São Carlos.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Jiviane Barreto, professora da Faculdade de Medicina da PUC de Campinas; Matheus Pinheiro, professor da Faculdade de Medicina da PUC de Campinas; Welson Vieira, estudante da PUC de Campinas; Juliana Sampaio, estudante da PUC de Campinas; Letícia Oliveira, estudante da PUC de Campinas; Lucas Thomaz, estudante da PUC de Campinas; Felipe Baldo, estudante da PUC de Campinas; Fernando Delatti, estudante da PUC de Campinas; Pedro Swinerd, estudante da PUC de Campinas e Rafaela Nunes Fonseca, estudante da PUC de Campinas.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Paulo Hilário Nascimento Saldiva, professor da FMUSP; Maria do Patrocínio Tenório Nunes, professora da FMUSP; Milton de Arruda Martins, professor da FMUSP; Maria Fernanda Tourinho Peres, professora da FMUSP; Antônio Ribeiro de Almeida Júnior, professor da Esalq; Maria Ivete Castro Boulos, professora da FMUSP; Marcos Vinícius Folegatti, professor da Esalq; Oriowaldo Queda, professor da Esalq; Beatriz Appezzato-da-Glória, professora da Esalq; Antônio Augusto Domingos Coelho, professor da Esalq; Heloísa Buarque Almeida, professora da FFLCH; Luis Fernando Tófoli, professor da Unicamp; Maurício Lucchesi, psiquiatra formado pela FMUSP;

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Leon Lobo de Souza Garcia, médico da FMUSP; Marco Akerman, professor da Faculdade de Medicina do ABC.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Diná de Almeida Lopes Monteiro da Cruz, diretora da Faculdade de Enfermagem de São Paulo e de Vilanice Alves de Araújo Pünschel, presidente da Comissão de Graduação da Faculdade de Enfermagem da USP.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Marco Antônio Zago, magnífico reitor da USP.”

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Nós vamos substituir o termo convocação por convite neste último requerimento.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - É regimental. Colocada em votação a substituição. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Foi combinado que o reitor será, primeiro, convidado. Não comparecendo, a gente vai deliberar um requerimento de convocação. Vamos começar de forma cortês com um convite, até porque ele também tem interesse em dar as explicações necessárias a esta CPI.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Lembrando a todos que, mesmo ele vindo em relação ao convite, ele tem que prestar juramento e falar a verdade. O conteúdo da fala dele não é alterado pela forma como ele vem a esta Comissão.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação a substituição do termo de convocação por convidado a Marco Antônio Zago, magnífico reitor da USP. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - O reitor da USP é médico e professor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto. Ele acumula essas duas funções. Esperamos que ele aceite o convite.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - “Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Guilherme Pianowski Pajanoti e Giovani Zacharias Rosa, estudantes da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: José Otávio Costa Auler Junior, diretor da Faculdade de Medicina da USP e Edmund Chagas Baracat, vice-diretor da Faculdade de Medicina da USP.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas nos âmbitos das universidades do estado de São Paulo, nos trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Luiz Fernando Alves, ex-estudante da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto - Famerp.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

“Nos termos do Art. 34-B, inciso II, da XIV Consolidação do Regimento Interno, requeiro à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do estado de São Paulo, trotes, festas e seu cotidiano acadêmico, a convocação de: Marina de Souza Pikman, Phamela Feitosa Silva, Ana Luiza Pires da Cunha, Allan Brum de Oliveira, Mauro Xavier Neto, Caio Zampronha, Augusto Ribeiro da Silva, Carlo Fabrizio Batista di Giovanni, Flora Goldemberg, Andressa de Oliveira Gallo, André Lazzeri Cortez, Felipe Scalisa Oliveira, Jhony Everson Gonçalves, Tiago Hummel da Fonseca, Rodrigo Bolini de Oliveira Lima, Silvio Tacla Alves Barbosa, Renan Maloni Augusto, Leonardo Bicarato Turra, Vinícius Diniz, Caio Alves Leite, Diego Ubrig Munhoz, Douglas Rodrigues da Costa, Diego Vinicius Santinelli Pestana, Raphael Kaeriyama e Silva, Pedro Henrique Shimiti Hashizume, Jung Bo Shin, William Tetsuo Yamagata, Andre Orik Custodio Abe, Murilo Germano Sales da Silva, Flora Goldenberg, Edgard Antoun Fallakha Jr., Michel Oliveira Souza e Igor Maia Marinho, estudantes da faculdade de Medicina - USP, assim como Mônica Gonçalves, estudante da pós-graduação da Faculdade de Saúde Pública da USP e ainda Bianca Cestaro, estudante de medicina veterinária - USP, e Jade Gonçalves Ribeiro Nascimento Santos, ex-estudante da Esalq.”

Em discussão. Não havendo deputados inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Agora faremos os encaminhamentos dos requerimentos em sigilo, que estão em número de um, dois, três, quatro, cinco e seis.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB - Pela ordem, Sr. Presidente.**

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. PRESIDENTE - ADIANO DIOGO - PT** - Pela ordem, deputado Jorge Caruso.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - Pela ordem o deputado Jorge Caruso, para encaminhar.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - Sra. Presidente, Sr. Presidente, como já aprovamos um requerimento determinando reuniões reservadas da CPI para convocações de sigilo, penso que não faremos a leitura dos nomes dessas pessoas, que já são previamente do conhecimento de todos nós da Mesa. Assim, sugiro a presidente Sarah que faça apenas a leitura do número do requerimento, sem nome nenhum, já que todos nós temos prévio conhecimento das seis pessoas que serão convocadas.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É regimental o requerimento de Vossa Excelência.

**A SRA. PRESIDENTE - SARAH MUNHOZ - PCdoB** - Gostaria de saber se todos os deputados presentes estão de acordo com o que foi exposto pelo deputado Caruso. Não havendo divergências, vamos assim proceder.

Requerimento para convocação em sigilo nº 20, de 2014.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento nº 21.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento nº 22.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento nº 23.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento nº 24.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Requerimento nº 25.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há sobre a mesa requerimento, assinado pelo deputado Adriano Diogo, que requer, nos termos do Art. 34-B, § 8º, da XIV Consolidação do Regimento Interno, à Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de investigar as violações de direitos humanos e demais ilegalidades ocorridas no âmbito das universidades do estado de São Paulo a necessidade de contratação de serviços especializados, que não possam ser prestados por órgãos públicos, para acompanhar os trabalhos desta CPI, inclusive no período de recesso. Sala de Comissões, 17 de dezembro de 2014. Assinado, deputado Adriano Diogo.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Acaba de chegar um requerimento para o qual peço inclusão na pauta, de autoria dos deputados Bruno Covas e Carlos Bezerra Jr. Solicito aos deputados que, em votação, autorizem que esse documento seja lido e incluído na pauta de hoje.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que concordam que esse documento seja incluído na pauta permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

“Sr. Presidente da CPI da USP e outras universidades, requeremos, nos termos regimentais, que sejam oficiados os reitores das universidades públicas e privadas no estado de São Paulo, para que tomem conhecimento da instalação dessa CPI e informem

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

a esta comissão os abusos que venham a ser cometidos na recepção dos novos alunos em 2015.

Assinado Bruno Covas e Carlos Alberto Bezerra Júnior.

Justificativa:

A aprovação desse requerimento faz-se necessária para que a comissão possa atender a seus objetivos.”

Então, os deputados Bruno Covas e Carlos Bezerra Jr. pedem neste requerimento que todos os reitores sejam avisados de que existe uma CPI e, assim que os trotes derem início, não aleguem que não sabiam que havia uma CPI em andamento e que nos comuniquem todas as violações que chegarem ao conhecimento das reitorias.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Sr. Presidente, queria passar à mão de V. Exa. mais um requerimento, este para solicitar à Comissão de Direitos Humanos da Casa a enviar todas as atas, notas taquigráficas e documentos que foram levantados nas audiências públicas realizadas por aquela Comissão, para que já possamos, aqui na CPI, ter resguardados tais documentos, a fim de facilitar a vida do nosso relator e sub-relatores.

**O SR. JORGE CARUSO - PMDB** - E também, Sr. Presidente, todos os dados de cada uma dessas pessoas que estão sendo convocadas hoje, para que todos nós tenhamos um breve conhecimento.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Muito boa essa proposta. Seria bom até que os deputados pudessem designar oficialmente um assessor que, mesmo não permanecendo o tempo todo na CPI, fique aqui para que tomem conhecimento de toda documentação prévia. É muito documento, então isso realmente é necessário.

Vamos votar a inclusão do requerimento do deputado Bruno Covas na pauta.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Vamos à leitura do requerimento: “Requeiro, nos termos regimentais, que seja solicitado, à Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, da Cidadania, da Participação e das Questões Sociais, o envio das atas, notas taquigráficas e outros documentos colhidos em audiências públicas promovidas por aquela Comissão referentes aos termos desta CPI. Assinado: Bruno Covas. Justificativa: o presente requerimento visa facilitar os trabalhos.”

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

É importante que haja a designação de um assessor.

O professor Marco Akerman, da Faculdade de Medicina, se propôs a vir hoje à nossa sessão apresentar um trabalho que ele fez, chamado “‘Bulindo’ com a Universidade - um Estudo Sobre o Trote na Medicina”. É um documento importantíssimo. O professor Marco Akerman tomou posse como professor titular do Departamento de Prática de Saúde Pública da Faculdade de Saúde Pública da USP. É mestre em Planejamento e Financiamento do Setor de Saúde Pública e se tornou Ph.D. em Epidemiologia e Saúde Pública pela Universidade de Londres em 1993. É livre-docente pela Faculdade de Saúde Pública da USP, professor titular de Saúde Coletiva e vice-diretor da Faculdade de Medicina do ABC. Ele veio apresentar seu trabalho para nós deputados, convidados e jornalistas.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, sem atrapalhar, mas gostaria de deixar registrado que eu quero também incluir um requerimento para ser votado na pauta oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É regimental.

O deputado Rafael Silva não foi indicado pelo seu partido para compor a CPI, mas vai acompanhar todos os assuntos que dizem respeito a Ribeirão Preto e região, no que tange à Faculdade de Medicina. Nesse sentido, o promotor de Ribeirão Preto, Dr. Sebastião Sérgio, acaba de mandar um documento para a CPI em que ele anuncia que está abrindo um procedimento investigatório para que todas as denúncias da Faculdade de Medicina sejam apuradas. Ele já mandou todos os documentos que conseguiu, inclusive aquele hinário, aquela coleção de hinos da bateria “Batesão”. Qualquer pessoa, qualquer jornalista ou deputado pode conhecer os hinos da gloriosa bateria da Faculdade

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

de Medicina de Ribeirão Preto, pois o promotor acabou de mandar para a gente. Há mais algum requerimento?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na pauta o requerimento para duas convocações. Reconheço o esforço que esta Comissão faz logo na sua primeira sessão, no sentido da maior amplitude possível de requerimentos e informações, para que se possa dar celeridade ao processo de investigação e consistência na apresentação dos dados. Há um dado importantíssimo, que foi matéria de várias reportagens. É uma informação pública. Há duas matérias que destacam isso, uma feita pelos alunos da ECA-USP no Jornal do Campus em 2010, e outra feita recentemente, em 2014, pelo G1. Elas mostram que os estupros são registrados na Polícia Militar, na Polícia Civil, mas não fazem parte das estatísticas oficiais da USP nem do SOS Mulher. Nesse sentido, solicito que seja feita a inclusão, na pauta, do requerimento de convocação dos responsáveis com relação a essas informações.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É regimental. Solicito aos deputados que incluam na pauta o requerimento ora solicitado pelo deputado Carlos Bezerra Jr.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada a inclusão na pauta.

Faça a leitura, por favor.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - O requerimento consiste na convocação do responsável do Dov-Cosesp - Divisão Técnica de Operação e Vigilância da Coordenadoria do Campus - para que possa prestar esclarecimentos sobre por que não insere dados oficiais de estupros em suas estatísticas e por que essas informações não são passadas ao SOS Mulher. O segundo item do requerimento consiste na convocação do responsável pelo SOS Mulher, órgão de atendimento às vítimas de estupros, para nos esclarecer como recebe as informações e se há deficiência nessas informações. Esclarecer, ainda, se pode, nesse tipo de caso, por haver deficiência na comunicação das informações, atender casos de vítimas cujos dados não foram repassados. A justificativa se dá pelo fato de que vem ocorrendo uma falta de envio de

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

dados corretos, bem como a omissão na informação com relação a esses casos, o que claramente prejudica as vítimas de violência e de estupro.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É regimental o requerimento de Vossa Excelência.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Convoco para amanhã, quinta-feira, às 14h, a próxima reunião desta CPI para que possamos dar andamento aos trabalhos.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Pode ser às 14h30?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Pode. Então, em vez de 14h00, ficará para as 14h30. Será a segunda reunião da CPI das Violações de Direitos Humanos nos Trotés nas Universidades Estaduais Paulistas.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Sr. Presidente, eu não contei quantas pessoas foram hoje convocadas e convidadas, mas devem ser em torno de 50 pelo menos. Seria bom que se pudesse estabelecer um cronograma de atividades da CPI, para que consigamos ouvir 50 pessoas nesse prazo que nós temos. Se pensarmos em prazo médio de duas horas por depoimento, estamos falando em 100 horas de reuniões desta CPI - isso se o número não for ainda maior, porque não contei. Para que a gente possa estabelecer um cronograma dessas datas, é necessário que a Presidência e a secretaria da Comissão entrem já em contato com essas pessoas e que a gente tenha um cronograma definido pelo menos para janeiro. Ao final de janeiro, a Comissão pode estabelecer cronograma para fevereiro, para tentar concluir isso até 14 de março. Queria apenas deixar essa sugestão e perguntar a V. Exa. se o professor que vai falar agora, se precisamos, antes de ouvi-lo, aprovar que é um convite, para que ele possa ...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Já foi aprovado.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Já está naqueles... se todos dessem nessa velocidade, 10 minutos, atender ao convite desta comissão, nós concluiremos antes do Natal.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Já está aprovado. O professor Marco Akerman é um dos maiores ...

Tem a palavra o nobre deputado Rafael Silva, que é uma das pessoas que mais tem contribuído com a CPI, mesmo antes de ela ser instalada, para trazer notícias de Ribeirão, averiguar fatos lá e fazer contatos com a Promotoria.

**O SR. RAFAEL SILVA - PDT** - Estou participando de uma audiência pública aqui sobre Educação, e sou forçado a me ausentar. Queria deixar claro aqui que a grande maioria dos fatos não estará presente aqui em forma de denúncias, porque muitas pessoas não denunciam.

Uma vez eu aqui, fazendo críticas a esses trotes, uma senhora me procurou. A sobrinha-neta dela, em São Paulo - não sei onde, não é que eu esteja omitindo, não, ela não me informou – a sobrinha, noiva, de 18 ou 19 anos, numa festa, simplesmente um grupo de moças e rapazes tiraram a blusa e a camisa, elas sem sutiã, eles colocavam a mão na tinta guache e dançavam segurando os seios das moças. E quando tiravam a mão, ficava a marca ali.

Isso para eles era festa. A moça ficou traumatizada, queria até abandonar a faculdade. A tia aconselhou a não fazê-lo. Mas ela tinha medo de que o noivo soubesse. Então, daquele povo que participou dessa festinha, ninguém denunciou. Em Ribeirão Preto também casos e mais casos acontecem, que não foram e não serão denunciados, porque a pessoa se sente constrangida. Passa a ser vítima novamente.

Parabéns novamente ao deputado Adriano Diogo. É um dos principais parlamentares desta Casa. Respeito muito a sua atuação séria, digna, independente. Estarei presente, apesar de não fazer parte da CPI. Estarei presente sempre que possível, e principalmente nos assuntos relacionados a Ribeirão Preto, que são assuntos tenebrosos.

Um abraço e parabéns a todos os membros da CPI. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Deputado Rafael, embora na composição da CPI o seu partido não tenha feito a indicação, toda sessão que houver,

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

principalmente as que tratarem de Ribeirão Preto, nós o avisaremos com bastante antecedência. E V. Exa. sinta-se membro desta comissão. Qualquer deputado da Casa pode ter assento nesta comissão.

Quero qualificar a apresentação do professor Marco Akerman como uma das principais contribuições. Há anos ele se dedica a esse tema. Ele fez esse livro importante - “‘Bulindo’ com a Universidade - um estudo sobre o trote na Medicina”, junto com a professora Silmara Conchão e Roberta Cristina Boaretto.

Tem a palavra o professor Marco Akerman. Agradeço ao senhor por ter cancelado todos os seus compromissos para vir aqui à primeira sessão da CPI.

**O SR. MARCO AKERMAN** - Boa tarde a todas as pessoas presentes, aos nobres deputados. Muito obrigado pelo convite, Adriano. Acho que essa Comissão Parlamentar de Inquérito vai prestar um serviço enorme à sociedade brasileira, porque vai jogar luz numa penumbra.

O deputado Rafael disse do medo que as pessoas têm de denunciar. Quem sabe, com esta CPI, as pessoas passem a não ter mais medo, porque nós só vamos romper essa atitude violenta e desrespeitosa dos Direitos Humanos na faculdade se nós rompermos o reino do medo e jogarmos luz nessa penumbra, estimular narrativas. Que as pessoas venham e falem, porque isso vai ter caráter terapêutico para elas. Vai ter caráter terapêutico para a sociedade e vai ser fundamental.

Adriano, eu equipararia a Comissão Parlamentar de Inquérito do Trote à Comissão da Verdade da ditadura militar no Brasil. Acho que vamos jogar luz sobre algo que já acontece no Brasil há muito tempo, e está debaixo do tapete.

Meu nome é Marco Akerman. Sou médico formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Fui professor da Faculdade de Medicina do ABC por 18 anos. E durante o meu período como vice-diretor, nos quatro anos em que fui vice-diretor, fui jogado nessa discussão e no enfrentamento do trote. Vou contar essa experiência não para falar de um fato relacionado a mim, mas para mostrar para vocês como o processo acontece dentro de uma faculdade.

Primeiramente, não há denúncias públicas. Os pais, os alunos criam e-mails, criam telefones fictícios, criam nomes fictícios para fazer essa denúncia. Então, isso demonstra a dificuldade que as pessoas têm de fazer denúncias com a cara aberta, livre, porque sentem que vão sofrer retaliações dos alunos, dos professores. Esse é o primeiro fato.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Nesse sentido, recebi um e-mail anônimo, de uma suposta mãe, dizendo que toda quinta-feira os alunos eram levados, os calouros, para um educandário, onde era introduzida pimenta no ânus dos alunos. Ela dizia que se a faculdade não tomasse nenhuma atitude, ela ia recorrer ao Ministério Público. Mas ela não dizia o nome dela, e o e-mail era também criado, anônimo.

Tomei esse e-mail, fui à sala dos alunos, junto com o Diretório Acadêmico. Não fui junto com a Atlética. Esse é um outro fato. Os alunos me disseram, depois, que se a Atlética estivesse na sala, o que aconteceu depois da minha ida e da leitura do e-mail, não teria acontecido. Isso para dizer que as Atléticas das escolas médicas representam, de alguma forma, o exercício de poder e uma introdução do trote.

Estou dando alguns elementos para nós podermos conversar. Quando eu li aquele e-mail para os alunos, eu disse o seguinte: “Eu não acredito que isto esteja acontecendo numa faculdade de Medicina. Quero dormir tranquilo esta noite. Eu gostaria, então, de saber se esse fato procede.” O silêncio foi total. Ninguém disse absolutamente nada, até que um aluno, sentado na primeira cadeira, foi na minha direção, pegou o microfone e falou assim: “Procede, sim, professor. Estou cansado da covardia dos meus colegas que estão sofrendo isso e não têm a coragem de dizer o que estão sofrendo.”

Na hora, então, entre aspas, pedi proteção de testemunha. Falei: “Vamos manter isso entre a gente”, porque ele estava acusando, não é? “E nós vamos tomar algumas providências”. E um aluno levanta e fala: “Professor, se o senhor souber quem fez isso, a escola vai tomar providências com esses alunos?” E eu, muito sanguineamente, não sou nada mineiro, apesar de ser mineiro, eu disse de uma forma muito forte: “Se não aparecer quem fez isso, eu renuncio ao cargo de vice-diretor, vou lá fora dizer o que está acontecendo na Faculdade de Medicina do ABC”.

Isso foi depois, no processo de expulsão dos alunos. Foi citado pelo advogado como pressão emocional que o vice-diretor fez sobre os alunos, para que eles acusassem.

No dia seguinte, havia então uma prova de Bioquímica. Nós então fizemos um questionário anônimo, com seis perguntas aos alunos. A primeira pergunta era: “Você foi vítima do trote de pimenta no ânus? Sim ou não? Se sim, quem fez?”. Segunda pergunta: “Você já foi humilhado aqui na faculdade de Medicina? Sim ou não? Se sim, quem fez?” E a terceira: “Você sabe de algum colega seu que foi humilhado? Sim ou não?”

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Eram 106 alunos. Eles teriam que preencher, colocar numa urna e ir embora. Através então desse questionário que foi elaborado, 106 respostas anônimas, foram identificados 17 alunos que tinham cometido esse trote da pimenta, e cinco alunos vítimas desse trote da pimenta.

Inclusive um validador: “Você já sofreu alguma humilhação?” “Sim.” “Qual?” “Fui urinado por um veterano.” “Quem fez isso?” “Não sei, porque era de noite e eu estava de cabeça baixa.”

Então, não houve uma acusação gratuita. Em relação a esses 14 alunos, abriu-se um inquérito na Faculdade de Medicina do ABC. Esses 100 alunos foram entrevistados. Os 14 alunos também foram chamados e, na presença de seus advogados, foram entrevistados. Criou-se um processo administrativo e, no bojo desse processo, foi feita uma pesquisa, fizemos grupos focais de narrativas, dois alunos foram expulsos da faculdade e quatro foram suspensos, envolvidos com esses trotes.

Esses alunos gastaram muito dinheiro com advogados e foram reintegrados novamente à faculdade. Por quê? Porque os advogados alegaram - e a Justiça alegou - que nós não respeitamos os seguintes critérios constitucionais: amplo direito à defesa e amplo direito ao contraditório.

O que seria amplo direito ao contraditório? Seria a possibilidade de os 42 alunos, que acusaram um dos alunos que foi expulso, serem acareados um com o outro, de forma que o acusado pudesse, de algum modo, dizer “Não, eu não fiz. Que dia foi?”. Então, nós não cumprimos os trâmites legislativos. Nós não somos juízes, nós somos médicos, professores.

Achamos que eles descumpriram questões éticas dentro da faculdade e foram expulsos, mas esses alunos foram reintegrados. Foi por isso que eu disse à promotora, naquele dia, que as promotorias têm de instruir as faculdades de Medicina sobre a forma como esses processos devem acontecer para que não haja retorno.

No ano passado, um aluno da Unesp Botucatu também foi expulso. Deve estar na Justiça. Esperamos que esse aluno não seja reintegrado. Isto é um presente que a CPI poderia dar: instruir os professores e as escolas como esse processo deve ser feito dentro da Constituição.

Estou dando um exemplo para dizer que este livro, “‘Bulindo’ com a Universidade - um estudo sobre o trote na Medicina”, estimulou os alunos a fazerem narrativas. É o último que tenho, mas eu queria entregá-lo ao deputado Adriano Diogo, como um documento à comissão, porque aqui há narrativas de alunos sobre o que

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

acontece na Calomed e na Intermed. Os alunos, de uma forma muito generosa, disseram, em detalhes, tudo o que acontece. Ao final, há todo o resultado do grupo focal de como isso acontece. São depoimentos que a comissão pode colocar.

Acho que temos que superar essa etapa de contar os fatos bizarros que acontecem. São bizarros, ainda mais em uma faculdade de Medicina, onde esperamos que esses fatos bizarros não aconteçam. Portanto, o próximo passo seria tentar trabalhar um pouco e - serei breve para não cansar os nobres deputados e as pessoas - tentar enfrentar quais são as raízes desse problema. Quais são as raízes? Por que isso acontece?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Professor, quem é a coautora do livro que está aqui?

**O SR. MARCO AKERMAN** - Não, ela participou conosco do início do trabalho. Sonia Rovinski. É uma colega de trabalho que esteve nesse processo da Faculdade de Medicina do ABC. Eu não vim preparado para apresentar, mas o deputado Adriano Diogo falou: “Marco, se você tiver uma apresentação, leve-a para iluminarmos essa discussão”.

Serei breve e não cansarei os nobres deputados. Isso foi uma apresentação que fizemos no COBEM - Congresso Brasileiro de Educação Médica. Foi o 52º. Todo ano tem. Seria muito importante que essa discussão também permeasse os congressos brasileiros de educação médica. Isso não acontece apenas na Medicina, acontece na Esalq.

O professor Antônio Almeida diz que em cinco carreiras essas coisas são marcantes: na Medicina, Direito, Agronomia, Engenharia de Minas e Engenharia de Petróleo. São carreiras vinculadas a grupos econômicos: o “agribusiness”, a Medicina, o Direito, o petróleo e a energia, em que se institui uma lógica de hierarquia e poder.

Eu começo a pensar que há uma discussão relacionada com hierarquia e poder para tentarmos enfrentar. Punir sim, mas não é suficiente. Precisamos de narrativas, precisamos que os alunos quebrem o gelo e falem mais disso. Acho que não é só punir e castigar. Vamos ter que prevenir, promover e entender isso de uma forma bastante forte.

Aqui, há uma carta em que a Sonia é autora. Violência e intimidação na recepção aos calouros na faculdade de Medicina: ato que persiste ao longo do ano. O trote não acaba em 13 de maio, quando se dá a teórica libertação do calouro. O trote ou

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

a violência nas faculdades de Medicina é ao longo do ano; persiste ao longo do curso. Uma vez calouro, sempre calouro. Você sempre será calouro de um veterano para o resto da vida. Institui-se um pouco da lógica da relação de poder.

Esse é outro trabalho feito por nós. Destacamos a experiência que vivemos na faculdade. Temos o livro que construímos. Trote: bulir para abolir. Esta CPI tem que abolir o trote. Narrativa de uma experiência: o que aconteceu no ABC, como isso nos aproximou para, juntos, bulirmos com o tema. Os alunos se aproximaram dos professores. Alguém já buliu com esse tema antes? Nós fomos ver como esse tema era abordado na Europa e nos Estados Unidos e como tudo isso buliu com os estudantes. Narrativa dos estudantes em foco.

Todo diretor e todo professor - e não é uma lógica policiaisca - têm que estimular as narrativas. Que os alunos contem! Isso tem um papel terapêutico, tem um papel de tirar de debaixo do tapete essas questões. Essas narrativas são bastante importantes. Como fizemos para enfrentar isso na faculdade? Como os resultados buliram com as pessoas? Bulimos com a universidade. Agora conseguimos! Acho que essa CPI também é resultado disso.

O CRM, recentemente, fez um debate sobre a questão da violência, mas o fez no âmbito da câmara de psiquiatria, tratando esse assunto como psicopatologia. Acho que não devemos tratar essa questão como “os alunos que fazem isso são uns monstros”. Afinal, esses alunos serão médicos, simpáticos, bonitos e inteligentes. Acho que se tratarmos essa questão como lógicas de psicopatologias, não chegaremos à raiz. Talvez psicopatologia de massa, mas discutir isso no campo das violências contemporâneas.

A primeira hipótese do trote - para ir à raiz - é que ele é um instrumento de produção de rede de poder na escola médica. É uma hipótese. Nós detectamos isso. Temos a curva de Gauss, a famosa curva de Gauss. A Faculdade de Medicina do ABC tem 100 alunos. Ela existe há 45 anos e já formou 4.500 alunos.

Todo ano, cem alunos entram na faculdade. É nítido e possível identificar 15 alunos que estão à esquerda da curva de Gauss e - desculpem a expressão - mas são aqueles alunos chamados de “pau no cu”. São os alunos que não aceitam o trote. São alunos mais velhos, mais religiosos, casados, que estão fazendo uma segunda carreira. Esses alunos são excluídos da vida acadêmica. Eles não podem participar de mais nada porque não participam das atividades de trote.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Do lado de cá, há outros 15 alunos. São os alunos mais ricos, mais bonitos, homens, heterossexuais, que gostam de atividades esportivas e dominam, de alguma forma, a lógica das Atléticas. É uma coisa meio darwinista, inclusive.

No meio, são os alunos que sofrem. Setenta alunos que não querem ser “pau no cu”, nem se identificam com essa lógica de poder que esses alunos querem instituir, porque esses 15 alunos são os que sofrem o trote por anuência. Eles aceitam porque tem que mostrar que possuem couro duro. Eles serão os que submeterão os outros ao trote no ano seguinte.

Esses 15 alunos se conectam com os 15 do ano anterior, que se conectam com os do ano posterior e assim sucessivamente: 15, 15, 15,15, 15, formando uma rede de poder que influencia as lógicas dos internatos, as lógicas das residências, as lógicas dos concursos públicos, as lógicas dos credenciamentos de médicos nas Unimeds e nos planos de saúde. Constituem-se em uma lógica de rede de poder.

Essa é uma hipótese. Outra questão para trabalharmos é a genealogia da hierarquia médica. O trote, naquela hipótese anterior, não serve para ser um mecanismo de inclusão e de recepção. Ele é um mecanismo de construção de rede de poder e de imposição de uma lógica da hierarquia médica. Alguns valem mais do que outros. É uma lógica de dizer que existem alguns seres humanos que valem mais do que outros seres humanos. Não é?

E se estabelece uma lógica, porque o calouro do primeiro ano vale menos que o do segundo, que vale menos que o do terceiro, que vale menos que o do quarto, que vale menos que o do quinto, que vale menos que o do sexto, que vale menos que o preceptor, que vale menos que o professor. Então, se estabelece uma lógica hierárquica forte.

Eu me recordo de uma experiência. Fiz meu doutorado na Inglaterra e conheci um senhor inglês que lutou na Segunda Guerra. Dizia que o maior pavor dos soldados aliados era serem presos pelos japoneses, porque a lógica japonesa baseada no samurai é muito forte.

O soldado raso era aquele que cuidava do preso de guerra. Então, o soldado raso se sentia no direito de maltratar o preso porque o preso valia menos do que ele.

Então, lutar contra o trote nas escolas médicas e em outras escolas é lutar contra a desvalorização da vida, é lutar contra achar que há seres humanos que valem mais do que outros.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

E se - se - o aluno do primeiro ano, soldado raso, vale menos do que o do segundo ou o do terceiro, o que dirá então os psicólogos, os fonoaudiólogos e os enfermeiros? Valem menos ainda!

Então, isso tem uma implicação forte na formação de equipes multiprofissionais. O médico sempre vale mais do que qualquer profissional. O que dirá, então, o paciente, o usuário? Vale menos ainda!

Então, essa luta contra o trote, mais do que uma luta de combater a violência, é uma luta humanizadora, de introduzir uma lógica de que nenhum ser humano vale mais do que outro ser humano.

E aí eu me lembro do Gabriel García Márquez - ele morreu -, de uma frase bonitinha dele. Ele dizia que o único momento em que um homem ou uma mulher pode olhar para o outro de cima para baixo é para dar a mão para o outro sujeito, que está embaixo, para levantá-lo.

Então, é uma questão ética. Nenhuma vida vale mais do que outra. Nenhuma vida vale mais do que outra! Esta CPI, então, implementa uma lógica ético-política de valorização da vida.

Porque dentro das faculdades de Medicina - que eu tenho experiência em outras faculdades - se estabelece uma hierarquia de valor da vida.

É por isso que a genealogia da hierarquia médica é uma questão que tem que ser estudada. Talvez, pegando Foucault, tem uma lógica do Exército, de como que se valoriza isso.

Então, eu acho que essa é uma questão de outra hipótese. E aí, brincando, calouros, veteranos, japoneses, outras profissões e nossos pacientes, que foi a minha ênfase, que eu dei para você. Isso tem implicação na prática profissional.

O outro não é uma extensão nossa. Surpresa! O outro também tem desejos. O calouro não tem desejos. O veterano acha que o calouro não tem desejos. Então, não tem desejos porque ele tem que se submeter a uma ordem.

E aí, nós temos que pensar que alguns “nãos” têm que ser valorizados. Na prática clínica isso tem importância.

Não quero, não concordo, não posso, não sei e não gosto. Nenhum ser humano pode ser desvalorizado porque diz essas frases. Tem que escutar que escuta.

E aí, uma coisa bem bacana: o padre Júlio Lancellotti, que o Adriano deve conhecer bem, tem a Casa Vida aqui no Belenzinho, que cuida de crianças. Ele que conta esta história, que para mim é uma história muito bonita:

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Uma criança estava querendo brincar com um gato e ele não deixava porque o gato estava doente. E a criança: “Não, por que eu não posso brincar?” “Não, está doente, não pode.” As crianças são fenomenais, não é? A criança faz a seguinte pergunta para o padre Júlio Lancellotti: “Padre, médico de gato é gente ou é gato?” Aí o padre falou assim: “Não, médico de gato é gente”. Aí, a criança perguntou: “Então, como é que ele entende o que o gato tem?” Não é?

Então, como é que nós vamos entender a questão dos nossos pacientes? Isso pode acontecer se nós não valorizarmos a vida, não valorizarmos o sujeito e usarmos só o nosso próprio olhar.

E ali, olha, é um médico que examina o pé com os seus instrumentos. Laerte é fantástico. O desejo, a dor e a angústia estão lá. E aí o diagnóstico: “Você não tem nada”.

Então, essa coisa de lutar com a valorização da vida vai ter uma implicação importante na prática clínica. Porque: “Eu é que sei, o outro não sabe. Eu é que sei, o outro não sabe!”

E aí, nós estamos, provavelmente, em muitos consultórios médicos falando isso: “Você não tem nada porque eu olhei com minha própria lente”.

Então, essa CPI é muito legal, entendeu? Essa CPI vai mexer na lógica da formação médica. Tem que mexer na lógica da formação médica. Essa CPI transcende só os fatos de violência.

Essa CPI vai nos ajudar a pensar por que - é um tema, eu sei, controverso, não é? - os médicos cubanos atendem as pessoas de um jeito, às vezes, diferente dos nossos médicos, não é?

E aí tem uma tensão. Então, essa CPI vai até discutir isso: formação médica. Essa CPI vem não só para discutir atos de violência. Essa CPI vem para falar da formação médica neste País.

Porque o Emerson Merhy, um amigo nosso, fala - isso aí é uma bruxa, não é? - que nós profissionais de Saúde temos o que ele chama “agir torturador”. Nós fazemos um esforço danado para os nossos pacientes nos dizerem aquilo que queremos ouvir.

Isso já é desde o trote, o início. Nós somos doutrinados para isso. Nós não estamos preparados para ouvir do outro o que o outro tem a dizer. Porque o que o outro tem a dizer pode me ameaçar. Então, eu controlo o que o outro tem a dizer. Então, essa CPI, puxa vida!

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

E aí, essa CPI, a Comissão da Verdade, veja bem, que interessante, outro cartunzinho aí, olha. “Sou um super-herói. Tenho superpoderes. Quais? Invisibilidade.”

Então, os mais fracos são invisíveis. São mais vulneráveis. Nós falamos de vulnerabilidade mas nós temos que tirar isso de debaixo do tapete. E esta CPI vai ajudar nisso, não é?

Então é isso. Isso é um trabalho de uma professora, não vou entrar nessa questão. A professora Maria Cristina Pereira Lima, Quica, lá de Botucatu, também tem estudado. Ela estudou a prática do trote na saúde mental dos estudantes de Medicina. Ela mostra também dados mais concretos sobre isso.

Então, agradeço muito o Adriano pelo convite e agradeço a existência desta CPI para influenciar não só na questão da quebra dos Direitos Humanos, mas na formação do profissional da Saúde.

Essa CPI tem um compromisso ético-político com a formação médica neste País. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Há mais dois depoimentos: o da Luísa Cruz de Melo, estudante de Geografia, representante discente do DCE da USP Alexandre Vannucchi Leme. Eu não sei por que vocês não põem o nome do Alexandre no DCE. Têm vergonha? Vamos lá. Luísa Cruz de Melo. Fala com calma, Luísa. E vem também a Marcela. Fica ao lado dela. As duas meninas falem com calma.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Meu nome é Luísa Cruz de Melo, eu sou estudante do quarto ano de Geografia, da USP. Eu queria comentar um caso que aconteceu comigo, que já foi divulgado em algumas mídias.

Em março deste ano eu comecei a receber bilhetes na minha mochila, dentro da sala de aula. Bilhetes que, primeiro, eram com elogios muito esquisitos e depois começaram a chegar em tom de ameaça. Sempre em tom de assédio. Eram bilhetes anônimos que eu não sabia de quem eram, que eram colocados na minha mochila no meio do intervalo da aula.

Depois de um tempo eu comecei a andar com a minha mochila, não me separava mais dela para que não pudessem ser deixados os bilhetes. Então, os bilhetes começaram a aparecer no meu carro estacionado na faculdade.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Não importava o lugar em que eu estacionava o carro: sempre apareciam novos bilhetes com ameaças falando que essa pessoa não tinha me esquecido, que ela não deixaria de me procurar e que eu ainda seria dela.

Desde então, eu fiquei com muito medo dentro da faculdade, mas continuei indo às aulas. Até um amigo meu recebeu uma ameaça, na mochila dele; é um amigo que anda muito comigo e foi ameaçado com um bilhete dizendo: “É melhor você se afastar dela”. No meu carro, outro bilhete dizendo que ele já tinha sido avisado.

Fui à polícia e fiz um boletim de ocorrência que foi meramente burocrático, pois sem suspeito não tinha como continuar o caso, não tinha como ir atrás. Com esse B.O. eu fui até a chefia do meu departamento. Levei o boletim de ocorrência e pedi que fizessem uma passagem em sala contando que estavam acontecendo casos de assédio dentro das salas de aula. Essa passagem em sala ficou marcada, mas então entrou a greve da USP. Por quatro meses, a universidade ficou em greve.

Eu evitei ir à faculdade, até por já ter sido ameaçada, até um dia de agosto, quando as aulas ainda não tinham voltado e fui até a faculdade para fazer um trabalho em grupo que eu deveria entregar depois que a greve acabasse. Fui encontrar com dois amigos para fazer o trabalho. Fui até a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo antes e, quando fui estacionar e descer do meu carro, fui surpreendida por alguém que me atacou pelas costas. Não consegui ver o rosto da pessoa em nenhum momento, pois estava de costas procurando o celular dentro do carro. Ele me surpreendeu por trás, segurou meu pescoço, me colocou para dentro do carro e ficou falando meu nome e dizendo que ele tinha me avisado. Ficou me segurando e me machucando. Houve uma tentativa de estupro, ele começou a tentar abrir a minha calça, me imobilizando dentro do carro. Isso aconteceu às quatro horas da tarde, no estacionamento da FAU. Consegui buzinar com meu joelho, várias vezes e alto; ele se assustou e bateu minha cabeça na porta do carro para que eu não conseguisse ver. Eu me machuquei, fiquei bem machucada, na época. Então ele fugiu, sem que eu conseguisse virar, pois ele tinha me imobilizado até me machucar.

Depois que isso aconteceu, fui de novo à polícia e abri um segundo boletim de ocorrência de agressão. Fui até o IML e fiz o exame. A polícia me disse que não teria o que fazer sem ter um suspeito e que eu deveria ir até a USP e tentar fazer uma emboscada com meus amigos, colocando-me em uma posição frágil para que o meu agressor viesse de novo e assim conseguíssemos pegá-lo em um flagrante.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Além dessa orientação excelente da Polícia Militar, recebi também a orientação de que eu fosse até a USP buscar as imagens das câmeras para talvez conseguir uma pista de quem pudesse ter sido. E eu fui; fui com meu pai, inclusive. Fomos até a USP procurar. Fui até a segurança da USP e eles me passaram a informação de que, há mais de um ano, as 84 câmeras da USP não funcionavam - nenhuma delas - e que assim eu não teria imagens para levar para a polícia. Fui com esta resposta até a polícia e eles disseram que iriam arquivar o caso, que não tinham como continuar, pois não havia nenhum suspeito.

Depois de isso tudo acontecer, voltaram as aulas na universidade e fiz um ofício, junto com minha advogada, e entreguei a todas as instâncias da universidade que deveriam ficar cientes do meu caso. Levei para a reitoria, para a segurança, para a ouvidoria, para a direção da FFLCH e para meu chefe de departamento, da Geografia. Recebi algumas respostas, todas elas no sentido de que não poderiam apurar isso, pois era um caso de polícia, mas que iriam encaminhar os ofícios para a segurança. Então, todos acabaram indo para o mesmo lugar. A segurança me mandou um e-mail com um novo projeto de implementação de câmeras, que seria feito a partir do ano que vem. Não sei em que ponto isso poderia me ajudar.

A partir desse momento, fui procurar os coletivos feministas, que hoje estão aqui em grande número, e a partir daí decidi continuar meu semestre. Cancelei as matérias que fazia no período noturno - só faço no vespertino -, não fico mais desacompanhada de maneira alguma, mesmo para chegar e sair da universidade, e tenho feito minhas matérias, apesar da falta de resposta da universidade.

A direção do meu departamento nem fez a passagem em sala. O diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas me chamou, a secretária dele me chamou para prestar algum esclarecimento, mas também sem nenhum tipo de encaminhamento ou proposta. Em nenhum momento o SOS Mulher me foi indicado. Eu nem sabia que existia. Fui saber que existia há mais ou menos duas semanas.

Eu procurei todas as instâncias da USP que eu poderia. A professora Heloísa, que também foi convocada para estar aqui, me ajudou muito e me disse que uma série de outros casos existiam e não haviam sido denunciados. Para conseguir minimamente manter a minha segurança, decidi publicizar o caso, para que as pessoas soubessem quem eu sou; já que eu não sei quem é meu agressor, para que pelo menos as pessoas soubessem quem eu sou e ficassem de olho em mim, no meu carro, enfim... Até porque tudo aconteceu à tarde, à luz do dia.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Então, eu publicizei o caso. Essa foi a minha única proteção, desde então. Nem a direção, nem a guarda, nem ninguém me deu nenhuma resposta. Depois que eu publicizei, recebi mais de dez outras denúncias de outras meninas, que me contaram os casos delas em solidariedade, mas nunca publicizaram. Então eu comecei a ter noção do tamanho do que é isso dentro da universidade e do tanto de casos que acontecem. Infelizmente, a gente não leva tão sério até que aconteça com a gente. Tenho uma câmera no meu carro, ando com spray de pimenta e não tenho mais nenhum tipo de lazer na faculdade; quase não me concentro nas aulas.

É uma questão extremamente grave. Gostaria de pedir que fosse considerado esse caso como mais um dos casos. O constrangimento não acaba. Mesmo para as pessoas que sabem quem são seus agressores, o constrangimento não acaba. Eu, que não sei quem é... você vive na dúvida, com um medo absurdo. Sem iluminação, sem poda das árvores, a universidade virou um lugar perfeito para que esses e outros casos aconteçam.

Para encerrar, gostaria de pontuar que, muitas vezes, vem à tona nesse assunto a questão de que esses atos são cometidos em momentos de festa, em momentos em que estão todos alcoolizados, em que há pouca luminosidade por conta da festa, e que as coisas ficam mais permissivas. Eu queria pautar de novo que tenho sido assediada desde março dentro da sala de aula, à tarde: minha aula é das 14 às 18 horas. E a tentativa de estupro que sofri aconteceu às 16 horas da tarde, em período letivo. É importante pautar isso.

A última coisa é o mito de que esses casos todos são feitos por pessoas de fora, externas à universidade. De novo, gostaria de pautar isso. Foi um colega meu, com certeza, que fez isso; ou um funcionário, no máximo, mas acho difícil, pois dentro de sala de aula só ficam alunos. Isso é para acabar com esse preconceito de achar que aluno da USP não constrange, que aluno da USP não assedia e não persegue. Porque persegue. E assedia.

Obrigada. (Palmas.)

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Sr. Presidente, uma introdução: a CPI tem características diferentes das de uma audiência pública. Na audiência pública, as pessoas falam, são publicizadas as emoções e isso fica registrado na Casa. A CPI trabalha mais profundamente, por isso é Comissão Parlamentar de Inquérito. Nós

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

buscamos as informações para ver se conseguimos identificar culpados e pessoas que devam ser punidas. A CPI tem um poder muito maior do que uma audiência pública.

Vou pedir licença para fazer algumas perguntas, para que possamos contribuir nesse processo.

Primeiramente, peço desculpas, vou perguntar seu nome de novo.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Luísa.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Luísa, em que ano você está? É da Gografia, não é? Em que ano você está?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Quarto.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Quarto ano? Essa tentativa de estupro aconteceu dentro do estacionamento, dentro da USP? Ou é fora?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Estacionamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, dentro do campus Butantã.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - É dentro do campus? Está bem. Você se lembra, mais ou menos, da data em que isso aconteceu? Ou o mês? Foi agora, recente?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Foi em agosto. Não tenho exatamente a data, mas isso está no meu relato.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Tudo bem. Agosto deste ano?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Deste ano.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - A partir desse momento, você diz que foi até o diretor. A quem você se dirigiu, na USP, para relatar esse fato?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - O ofício, com o Boletim de Ocorrência, eu levei tanto para a Ouvidoria, como para a direção da Faculdade de Filosofia, Letras e

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Ciências Humanas, para a reitoria, para a segurança da guarda e para o chefe de departamento da Geografia. Levei para todas essas instâncias.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - E de todos esses que foram comunicados você não teve resposta formal? Ou alguns responderam?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Alguns, sim. A grande maioria que respondeu disse que ia encaminhar o meu pedido para o setor de segurança, para o qual eu já tinha enviado, também.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Agora, o setor de segurança da USP é próprio ou é terceirizado?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - É próprio.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - É próprio?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Eles têm terceirizados, mas eu conversei com o chefe da guarda universitária e a professora Ana Pastore.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - E da segurança, houve alguma resposta? Ah, não. Houve só de que vão instalar câmeras a partir de 2015. Só isso.

E, a partir disso, você disse que outras pessoas começaram a lhe relatar fatos idênticos. Essas pessoas relataram coisas recentes ou coisas de anos anteriores?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Tanto recentes quanto anteriores, mas não são casos idênticos. Nenhum dos casos que eu recebi tinha a questão dos bilhetes, nem do anonimato. Os casos que eu recebi eram de pessoas que tinham agressores conhecidos.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Tinham agressores conhecidos?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Sim.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Mas, elas chegaram a denunciar isso em algum órgão da faculdade?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Muitas delas não, por constrangimento.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Então, contaram para você, mas não fizeram denúncias?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Não, por medo de retaliação.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Está certo.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Se eu puder completar, a partir daí, eu conversei com a professora Heloísa, que virá aqui, e nós geramos até uma cartilha sobre como se denunciar, dentro da USP, agressões à mulher. E o coletivo feminista também tem mais uma série de outras denúncias que foram feitas. Então, algumas das denúncias que eu recebi são as mesmas. Outras são diferentes deles.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Aqui na CPI, deputado Adriano Diogo, as pessoas são obrigadas a não faltar com a verdade. Estou tentando retomar uma audiência que nós tivemos aqui. Houve um professor - não me lembro se era professor ou que era - que disse que nunca tinha chegado para ele nenhum tipo de denúncia de nenhum caso. Era de Ribeirão? Ah, está bom.

Deputado Carlos Bezerra Jr.?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Primeiramente, eu gostaria de manifestar a minha integral solidariedade à Luísa e o meu reconhecimento à mulher e cidadã, pela coragem de vir a esta CPI, na sua primeira sessão, e nos trazer um depoimento - que, sinceramente, toca a nós todos - sobre a necessidade do enfrentamento disso, que é uma mazela.

Eu não quero, aqui, fazer nenhuma pergunta. Quero, apenas, declarar o reconhecimento à sua coragem. E o seu ato é um ato libertador - não apenas para você, mas também para um tanto de mulheres que serão estimuladas a fazer o mesmo. Nesse

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

sentido, você tem o meu total respeito, como cidadão, como deputado e como militante pelos Direitos Humanos.

Porém, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer, na verdade, uma sugestão, que me veio em virtude da fala da Luísa. Quero fazer uma sugestão à CPI. Como a fala da Luísa é uma fala de coragem, libertadora, que desencadeia uma série de outras falas e uma série de outras consequências, eu gostaria de sugerir a esta CPI que seja criado, de imediato, um e-mail oficial da CPI, como canal para o recebimento de todas essas denúncias.

Sugiro, também, que nós comuniquemos à Presidência da Casa, para que esse e-mail seja levado à TV Assembleia e que a TV Assembleia veicule o e-mail diariamente, na sua programação, para denúncias de casos semelhantes a essa CPI.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Faça-o na forma de requerimento, já, para se aprovar. É o requerimento que V. Exa. está fazendo?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - É isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)  
Aprovado.

O e-mail já existe. Só para tornar público, é: [cpiuniversidades@al.sp.gov.br](mailto:cpiuniversidades@al.sp.gov.br).

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Eu presidi, recentemente, a CPI do Trabalho Escravo. Nós tínhamos um e-mail, Sr. Presidente. Entretanto, havia muita dificuldade de divulgação desse e-mail.

Então, talvez o requerimento seja no sentido de que houvesse uma cobrança efetiva para que a TV Assembleia veiculasse o e-mail dessa CPI durante a sua programação, no mínimo, três vezes ao dia, para a coleta de informações e de denúncias.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - A Luísa, voluntariamente - até tenho que ler um trechinho do Art. 28 -, se propôs a vir aqui. Nós estamos aprendendo o jeito de fazer essa CPI. Então, vamos fazer essa parte formal. Foi ótimo

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

esse requerimento, que já foi aprovado. Vamos tentar discutir, para que a televisão divulgue. As meninas dos coletivos feministas também criaram uns e-mails, que elas vão divulgar. Elas estão nos ajudando.

Há duas moças inscritas. Vamos fazer o seguinte: vamos deixar a Luísa desabafar, falar um pouco mais. Sejam solidários e acolhedores com ela. Aí, veremos o que a Marcela quer falar.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Posso concluir sobre a Luísa, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Isso, deputado Marco Aurélio.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Ela citou que outras vítimas, ao saberem que ela tinha denunciado, se dirigiram a ela - inclusive, até com nomes de quem teria feito a agressão. Então, eu quero, se V. Exa. permitir, deixar a Luísa muito à vontade para procurar as pessoas e, caso elas se sintam à vontade, elas poderão trazer a questão para a CPI. E, se for o caso de fazer depoimentos em sigilo, também é possível, porque às vezes há coisas que são muito complicadas.

Acho que isso ajuda a contribuir, porque são pessoas que procuraram a Luísa, mas vejam que não fizeram os registros anteriormente, por medo de retaliação. Entretanto, com certeza, têm traumas.

Peço, também, não só à Luísa, mas a todos e todas que vão se colocar aqui na CPI, que, se houver algum tipo de alteração de comportamento com vocês, devido ao que vocês falarem aqui, nós sejamos imediatamente comunicados.

A CPI começou hoje e, realmente, é uma coisa muito pesada. Mas, falando em nome de todos os deputados, já que começamos, nós queremos ir até a última consequência. Que não aconteça absolutamente nada de diferente com ninguém, por ter vindo aqui. E, caso tenha acontecido, por favor, comuniquem-nos.

Mais uma vez, muito obrigado pela sua participação.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Eu já terminei minha fala. Eu só queria fazer um adendo sobre essa questão das denúncias. Muitas vezes, as pessoas perguntam por que essas denúncias não chegam. Aliás, acho de extrema fragilidade e de certo

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

oportunismo dizer que não chegam esses casos porque casos como esses não são denunciados. Não é à toa que isso não chega.

Não estou em nível nenhum acima das mulheres que não denunciam, até porque eu só tomei essa atitude pois eu não sabia quem era o meu agressor. E foi um jeito de eu conseguir me proteger. Foi o único jeito. Não foi porque eu tenha uma coragem a mais ou porque eu ache que seja mais fácil.

A exposição é muito grande e não há como achar que as coisas vão continuar iguais, que não vamos sofrer nenhum tipo de constrangimento por ter tornado isso público. Muitas vezes, há o apoio das pessoas, mas isso também constrange. Desde que eu dei publicidade, não tenho mais como andar despercebida na faculdade.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Luísa, em que ano você está?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Estou no quarto ano.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Como você está fazendo com as disciplinas que teria que fazer à noite? Está fazendo-as durante o dia? Isso alterou totalmente a sua vida?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Eu tranquei as matérias da noite. Isso vai me custar mais tempo para terminar o curso, porque, sem ter dois períodos para fazê-lo vou ter que fazer mais semestres. Eu não quis trancar, eu cogitei trancar muitas vezes este semestre, mas decidi não trancá-lo por querer terminar logo. Foi mais no sentido de acelerar para conseguir sair de lá logo do que por eu achar ser tranquilo ficar.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Quanto tempo falta para você concluir todos os créditos?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Com tantas greves, falta um ano e meio ou dois para conseguir concluir a licenciatura também.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Luísa, os fatos ocorridos com você, em sua opinião, são de conhecimento do Caoc - Centro Acadêmico Oswaldo Cruz?

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Não, porque é de outro campus. Esse centro acadêmico é da Medicina, que fica em outro campus.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Vocês têm centro acadêmico?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Temos.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Eles tiveram conhecimento disso?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Quando eu dei publicidade, sim.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Eles fizeram alguma coisa?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Olha, os centros acadêmicos são muito pequenos, é bem diferente da relação do centro acadêmico com a Medicina, que tem milhões de CNPJs e patrocínios de grandes farmacêuticas etc. Nossos centros acadêmicos são menores.

O que eu tive foi apoio dos coletivos feministas dos centros acadêmicos, que vieram me prestar solidariedade. Do Departamento de Geografia eu não recebi nenhum tipo de apoio, dentro da minha faculdade. Até o chefe de Departamento da História, que divide o prédio, prestou alguma solidariedade, o da Geografia não.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Obrigado.

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Aproveitando primeiro o gancho do deputado Carlos Bezerra, embora já tenhamos esse e-mail oficial, nada impede que seja criado um e-mail específico, mandesuadenúnciaparaacpi@, para receber denúncias, não só esse e-mail de envio de correspondências para aqueles que vão vir depor. Algo, inclusive, que ajude nessa divulgação na TV Alesp.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Exatamente, esse é o espírito.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. BRUNO COVAS - PSDB** - Certamente o requerimento de V. Exa., que vai ser enviado à Presidência da Casa, ao departamento de marketing, vai entrar nessa discussão.

Uma segunda questão, pegando o gancho do deputado Marco Aurélio: a CPI é o momento - momento, claro, de aflição - de chegar a um relatório propondo iniciativas, propondo encaminhamentos. A CPI não é um tribunal, nós não vamos julgar ninguém, mas, seja projeto de lei, seja encaminhar ofício ao Ministério Público...

A fala da Luísa, além de muito forte, traz já alguns elementos. Sem sombra de dúvida o relator vai poder usar, inclusive, para esses encaminhamentos. Acredito que um deles, por exemplo, é encaminhar à Corregedoria da polícia para que verifique essa atuação da Polícia Militar nesse caso.

São vários os desdobramentos a partir, não só dessa fala, mas de outras que virão. Dessa forma, e para poder, inclusive, facilitar a vida da CPI, do relator, gostaria de solicitar que pudesse trazer cópia dos ofícios que você enviou, trazer cópia de quando você foi à polícia - deve ter saído com algum documento, mesmo que propondo arquivamento - para que pudéssemos ter todos esses materiais. É claro, já bastaria o conteúdo da sua fala, mas isso poderia facilitar para que no relatório possamos indicar o inquérito número tal, o procedimento número tal, para os encaminhamentos que a CPI vai adotar. Peço uma cópia de todos os documentos a que você fez referência aqui.

Como disse o deputado Marco Aurélio, não é uma audiência pública, não encerraremos o trabalho aqui, hoje, dando publicidade. Desdobramentos devem ocorrer e precisamos também desses documentos físicos para poder compor esse relatório final.

Então, queria fazer a você mais um pedido. Gostaria de parabenizá-la por essa iniciativa, mas peço que também possa trazer cópias desses documentos que você tem, aqueles que puderem ser disponibilizados à CPI, para ajudar na confecção do relatório final.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Pode mandar pelo e-mail CPI Universidades, é isso? Você poderia fazer isso, por favor?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Com certeza, eu tenho tudo guardado.

**O SR. ULYSSES TASSINARI - PV** - Eu queria parabenizar a Luísa por vir espontaneamente. Depoimento é muito importante para nós da comissão. Eu acredito

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

que são essas atitudes que vão fazer com que nós possamos resolver essa problemática ou, pelo menos, minimizar.

Eu fico extremamente triste. Sou médico formado pela USP. Eu me formei em 1963; ingressei, portanto, em 1958. Felizmente, quando ingressei não tinha trote, nada, nada. Parece-me que antes de eu ingressar existia trote, tanto que aconteceu comigo um fato pitoresco.

Recebi a notícia de que eu deveria fazer a matrícula em um sábado de manhã. Eu estava no Interior, a 400 quilômetros de São Paulo, e naquela época só tinha trem. Então eu vim de trem a noite toda, não sentei, não consegui poltrona para me sentar. Cheguei extremamente cansado em São Paulo, fui à faculdade, fiz a matrícula e depois fui à pensão em que morava em São Paulo, uma pensão de estudantes. Naturalmente eu “desmaiei” na cama, então levei o trote na pensão. Raspavam a minha cabeça na pensão.

Isso para elucidar como não tinha nada na faculdade. Na época tinham algumas faculdades que raspavam a cabeça: a Politécnica, algumas escolas de Medicina. Tanto que na minha escola, nos primeiros dias, me perguntaram se eu havia ingressado em alguma outra faculdade, porque eu estava careca. O meu trote ocorreu na pensão. Isso para dizer que na época em que eu ingressei na faculdade não tinha nada, nada de trote.

Nós tínhamos festinhas normalmente. A Escola de Enfermagem ficava ao lado do Hospital das Clínicas, perto da nossa escola. A Casa do Estudante, onde nós morávamos, ficava Teodoro Sampaio, próximo à Escola de Enfermagem. Eles tinham salão de festas, onde se faziam bailes, festinhas. Felizmente, nada aconteceu. Aconteceram, me parece, alguns casamentos, mas coisa mais agressiva realmente não acontecia.

Eu acho que a CPI é importante. Fiz questão de participar, porque realmente foi muito maculada a nossa escola, da qual nós tanto nos orgulhávamos e nos orgulhamos. É muito triste vê-la maculada como foi com esses episódios.

Com relação ao relatório, Bruno, eu participei de uma CPI sobre irregularidades de clínicas de reprodução humana. Depois de completada a CPI, fizemos o relatório e encaminhamos para onde julgamos necessário, como, por exemplo, o Conselho Regional de Medicina, a Anvisa, o Ministério Público. Então, nesta CPI, logo que tivermos o relatório pronto vamos encaminhar a todos os segmentos que acharmos necessários.

Menina, parabéns. Tomara que a sua atitude faça com que realmente se resolvam esses problemas.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Queria pedir a todos os coletivos feministas aqui presentes, de diversas organizações, que se organizem, porque a CPI vai demorar muito pouco tempo e alguns depoimentos de vítimas têm que ser sigilosos. Gostaria que vocês formassem um conselho de apoio à CPI. É evidente que quando esse conselho estiver mais ou menos formatado, organizado, poderíamos fazer uma reunião da CPI com esse conselho, com esses vários coletivos que existem.

Nós não temos condição, por exemplo, de falar com o povo de Ribeirão, da PUC de Campinas, de Sorocaba, de Botucatu, todos esses lugares. Então, se vocês pudessem, vocês que têm uma rede mais organizada, mais capilar, constituir uma rede estadual de informações, aí nós vamos aprovando os requerimentos, vamos aprovando os depoimentos.

Vocês viram que aqui tem uma burocracia muito grande, tem que tomar todos os cuidados. Enquanto tiver nas vítimas... aí quando começar, qual é o problema? Abrindo a cadeia das vítimas... posso até falar de público. A professora que veio ontem à tarde falou do ponto de vista teórico, mas ela tem mais de cem registros de violações de direitos humanos na USP. E ela ontem não pode abrir aquilo. Só vai abrir com todo o cuidado. Queria pedir que vocês se organizassem para podermos fazer o melhor possível.

Com a palavra o deputado Carlos Bezerra Jr.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, apenas para extrair ao final do depoimento da Luísa alguns elementos que nos parecem importantes como informações para esta Comissão.

De fato, a atuação da Universidade é fundamental em casos como esse. Acho que está claro aqui, especialmente no apoio, no acolhimento, na escuta e nos encaminhamentos. É fundamental. Quero fazer duas ou três perguntas extremamente objetivas, Luísa, para que você nos esclarecesse.

Primeiro é o seguinte: como é que foi feita a interação entre a faculdade e outras instituições, por exemplo, a Polícia Militar e a Polícia Civil, se é que houve? A segunda pergunta: como é, em geral, a reação dos colegas em casos como o seu? Como é que os colegas reagiram, por exemplo, no seu caso? Por último, queria te perguntar se você sofreu algum tipo de retaliação por ter feito a denúncia que fez. Resumindo: a interação

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

da universidade com outras instituições, a reação dos colegas e, enfim, se há alguma retaliação.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Luísa, quem é o diretor desse departamento? Quem é o diretor da Geografia? Completando, para quem você se dirigiu?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Vou começar por essa resposta, que é mais simples. O chefe do Departamento da Geografia era, até a semana passada, o Prof. André Martin. Acabou a gestão dele. Agora a nova gestão assume. ele não é mais chefe de departamento. O atual agora é o professor Colângelo. Não lembro o nome completo dele. Ele que assumiu agora, mas foi depois, quando o Prof. André Martins já não... mas ele ainda é professor da Casa.

Começando a responder ao deputado. A interação da Polícia com a USP se deu inclusive através de mim, porque eu não sabia que isso não era legal. Depois, conversando com a minha advogada, ela falou que isso não poderia ser feito. A Polícia Militar pediu que eu fosse até a USP para recolher as imagens. Eu não poderia fazer isso, mas como quase 95% das pessoas eu não sei de todas as leis e não sei de todos os meus direitos. Então fui até lá buscar. Depois minha advogada até orientou de que seria a Polícia que deveria ter ido atrás das imagens. Mas acho que no final acabou até sendo bom que eu fui, porque consegui ouvir essa resposta. Eu não sei se seria tão franca assim para a Polícia de que as câmeras não estavam funcionando.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Há quanto tempo mesmo? Você citou, mas é bom frisar.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Há um ano. O processo de câmeras da USP foi implementado há uns anos, e de uns anos para cá tem acontecido um processo de sucateamento das câmeras. Se duas quebram, pegam duas carcaças de câmeras e formam outra. Assim foi diminuindo muito o número de câmeras. Elas foram largadas, ainda mais depois que a Polícia entrou no campus, que foi autorizada a entrada da Polícia no campus. As câmeras foram deixadas. Por falta de manutenção elas não funcionam mais.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

A segunda pergunta, em relação à reação dos estudantes quando eu publicizei o caso. No meu caso em específico eu só recebi apoio. Ninguém sabia quem era o agressor. É uma situação de extrema fragilidade. Como eu preciso do apoio das pessoas e do olhar atento das pessoas para cuidar de mim - foi mais ou menos esse o tom do meu relato quando fui expor -, fui muito bem acolhida pelas pessoas ao meu redor.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Você estava falando no seu caso específico. Por quê? Há outras reações com outros casos? Fale um pouco disso para nós.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Extrema diferença. No meu caso, não se sabe quem é o agressor. Quando se sabe quem é o agressor, e a mulher chega a denunciar, o que é muito raro... meninos, me corrijam se eu estiver errada, mas nos casos que eu conheço a retaliação sempre vem, principalmente por parte dos amigos da pessoa do agressor. Então isso sempre acontece. A mulher expõe o caso, divulga o nome do agressor, às vezes com foto, com imagem, com endereço, muitas vezes quer fazer isso tudo para garantir a própria segurança e a reação então muitas vezes é que se dividem esses estudantes, os amigos, as pessoas que conheciam, as pessoas que duvidam da história. Muitas vezes, vemos isso acontecendo muito.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Pela internet, postando na internet ou...?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Tem também, publicamente, como o escracho. Tem diversas formas de denúncias e todas elas muito raramente ficam sem nenhum tipo de resposta. Tem muitos casos.

Tem um caso recente da Faculdade em que a mulher denunciou. O estudante que foi denunciado, que sofreu esse escracho público através de fotos e cartazes, entrou com uma sindicância na Faculdade envolvendo o nome dela por calúnia e difamação. A guarda universitária começou a andar protegendo esse menino. Ele falou que estava com medo de ser linchado. Assim, sempre tem a coisa da mulher escandalosa, dessa coisa, também ninguém sabe muito bem se queria ou não...

Quando tem o nome do agressor, tem o outro lado. Quando se tem o outro lado, fica sempre em dúvida. Muito me surpreendeu, inclusive, que ninguém tenha posto em questão a minha história. Eu contei e não tem ninguém para negar a minha história.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Justamente porque não tem ninguém para negar todo mundo acredita. Quanto tem outra pessoa, outro lado, as pessoas tendem a querer ouvir o lado do agressor. É uma coisa extremamente frágil. Um agressor nunca vai dizer que agrediu. Um agressor nunca vai colocar em risco o nome dele, o papel social dele dentro de uma faculdade. Pode ter acontecido o que for - BO, marca, relatório de IML, não importa. Dentro da universidade parece que é outro cosmos. Pode até estar com boletim de ocorrência. Para a sociedade está explícito. Lá dentro, se a pessoa realmente comprova onde ela cometeu o assédio, a pessoa é extremamente excluída do ambiente ou tende a ser. Essa retaliação acaba acontecendo muitas vezes. Até por isso as pessoas divulgam pouco.

Tende-se sempre a colocar em questão. A pessoa que já passou por uma fragilidade, por um caso de agressão e que não tem como se livrar dessa coisa de você já estar exposto... você já está expondo, você ainda se expõe para as pessoas te julgarem, falarem que você está mentindo e defenderem o agressor, falando que é um caso... isso acontece muito.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Luísa, já aconteceu caso em que a pessoa agredida virou réu e o agressor virou vítima?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Sim. Eu não ia entrar muito nesse ponto, mas já que veio à tona...

Esse caso que eu comentei, em que o menino foi protegido e ficou andando com a guarda universitária. Esse menino fazia parte de um coletivo do qual eu também faço parte dentro da Universidade. Assim que a vítima relatou para nós que havia sido agredida por esse homem, eu e outra companheira minha fomos até ele e pedimos que ele se retirasse do espaço, que ele estava sendo acusado de agressão e que iríamos ter uma reunião depois para conversar sobre isso. Pedimos para que ele se retirasse do espaço do coletivo porque ela não estava se sentindo bem com ele ali. Ele foi fazer a sindicância na universidade e inclusive colocou meu nome, o meu e dessa outra companheira - que também já sofreu uma agressão - como protagonistas dessa ação difamatória. Inclusive fui falar com o diretor da faculdade porque esse agressor, que não foi o meu agressor, estava andando pelo prédio escoltado pela guarda universitária.

Vou ter que prestar depoimento em um processo de sindicância por ter ido pedir para o homem em questão se retirar do espaço com uma denúncia gravíssima de agressão que ele cometeu contra a ex-companheira dele.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB -** Impressionante.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO -** Esses casos acontecem muito, inclusive comigo. Se você for puxar essa sindicância, meu nome está lá.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Ela fala, Luisa, ela depõe, essa menina?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO -** Ela só fez boletim de ocorrência.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Mas se tiver que vir depor, ela vem?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO -** Eu não faço ideia, posso conversar. É uma pessoa extremamente agressiva, uma pessoa que tem essa reação.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Você pode falar o nome dele?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO -** Não sei. Em respeito à vítima, prefiro conversar com ela antes.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB -** É impressionante isso, Sr. Presidente. Fiz essa pergunta porque, guardadas as proporções, vi algo muito semelhante, muito próximo. Essa semana eu fiz um post...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Um momento. Ele continua estudando na Geografia? Ele é da Geografia?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO -** É.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Ela também?

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Ela está formada já.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ele continua lá?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Ele continua frequentando o prédio.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ela tem direito de depor em sigilo, se quiser.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Acho que ela está com medida restritiva, mas vou conversar.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ela está com medida restritiva? Ele que impôs? Ele conseguiu judicializar?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Não, ela que impôs.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ela impôs a ele distância?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Restritiva. Judicialmente? É?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Eu estava dizendo, Sr. Presidente, que fiz questão de fazer essa pergunta à Luiza, porque é o seguinte: esta semana fiz um post no meu Facebook me solidarizando com a deputada Maria do Rosário, que havia sido grosseiramente ofendida pelo deputado Bolsonaro, com argumentos, inclusive, aquela fala horrorosa sobre a questão do estupro e tal. E o que me chocou, por isso fiz essa pergunta, foi a quantidade de pessoas, quando ao me solidarizar e ao condenar aquela atitude, - eu dizia que era inclusive uma afronta à democracia esse grau de agressividade verbal de ameaça, ou seja, de se usar estupro como elemento para qualquer raciocínio, uma barbaridade - que sequer conheço que entraram na minha página, passaram a me ofender pessoalmente em defesa desse deputado e desqualificar

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

completamente a deputada, não apenas como deputada, mas como mulher. E eu fiquei pensando, enquanto ela falava: se isso acontece num espaço público, como são as redes sociais, imagino num espaço como o que vocês convivem. Imagino o que seja isso.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Luiza, explique-me uma coisa para entender melhor esse caso. A menina denunciou e denunciou o agressor. Eles pertenciam ao mesmo coletivo? Não entendi direito. Ela pertencia a algum coletivo feminista, não pertencia a coletivo nenhum?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Quem pertencia ao mesmo coletivo éramos eu e ele. Ele entrou depois no coletivo, assim que recebemos essa denúncia. Ela veio denunciar para mim para que eu passasse para o coletivo e pedíssemos que ele se retirasse daquele espaço.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Entendi. E Luiza, ouvi falar sobre uma medida restritiva lá na Faculdade de Medicina da USP, daquele sextanista que colou grau agora, que é uma pessoa famosa. Explique-me como ela conseguiu essa medida restritiva e se você tem ouvido que há outros casos de outras meninas lá no campus que estão recorrendo a esse mecanismo para se proteger. É distância em metros, é sala de aula? Como é isso? A universidade não está dando nenhum apoio jurídico. Isso é a família que tem que providenciar. É isso?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Então, não tenho todos os detalhes desse caso, mas o que eu sei é que ela não é mais da graduação. Ela está no mestrado e não mora mais em São Paulo. Ela só vem para cumprir algumas obrigações do mestrado. Então ela não tem uma frequência diária na Universidade. Sobre a situação dele, não sei nem como ele conseguiu abrir essa sindicância, porque até onde eu sei ele foi jubulado da Universidade. Ou seja, ele não pertence mais à Universidade, mas o aceite dele de volta ao Departamento de Geografia estava sendo discutido pelo mesmo chefe de departamento que ignorou meus chamados, meus pedidos de encontro. Não sei exatamente como é essa medida restritiva; isso tudo eu teria que ver com ela exatamente, mas eu sei de pelo menos mais um caso no mesmo prédio de outra menina que sofreu uma agressão seriíssima, e o estudante que a agrediu tem medida restritiva por distância e ainda frequenta o prédio. Inclusive é uma das coisas claras. Sabemos de

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

muitos casos, mas pela impunidade conseguimos às vezes apontar assim, conseguimos ver os meninos andando e falar: “aquele ali tem denúncia, aquele ali também”. Conseguimos ver exatamente as pessoas e sabemos quem são várias. Daí entram diversas questões: falta de prova, medo dessas vítimas. Essa menina mesmo fez a medida restritiva, mas ela vai para a aula e vai embora. Ela não fica. É o que tem de acontecer. A pessoa se expõe, ou às vezes nem se expõe, só faz a medida restritiva e a partir daí some, que era até a minha ideia, que era trancar o curso, ficar longe daquilo, porque o nível e a camada que chega assim da fragilidade que se dá, é indescritível. Então não tem como dizer se isso é cumprido a cabo, se as medidas restritivas são cumpridas. O que eu sei, a partir das estudantes, é que há esses casos lá e não sei qual o papel da Universidade, se eles estão cientes. Não sei se foi feito ofício, assim como fiz no meu caso para a Universidade, mas sei que há esses casos administrativos acontecendo lá dentro.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Muito bom. Vamos ver se a Marcela depõe? Marcela, fale um pouquinho, assim a Luiza dá uma descansada. Se quiser, ela volta a falar. Fale um pouquinho, Marcela. Vocês duas depois vão ser submetidas a um termo, que vocês concordam em depor como testemunhas: Marcela Carbone, representante discente do DCE da USP Alexandre Vannucchi Leme.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Só para explicar: sou representante discente no Conselho Universitário da USP. Na verdade o que eu queria contar é sobre justamente o último Conselho Universitário em que debatemos esse tema.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Você é do Conselho da USP, não da Geografia. Que curso você faz?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Faço Artes Cênicas, mas sou representante discente lá no Conselho Universitário. Para quem não sabe é o colegiado...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Em que ano você está de Artes Cênicas?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Estou no quarto ano.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É da ECA, não é?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Isso. Antes de falar, só queria lembrar que esse André Martim que não deu nenhuma resposta para o caso que aconteceu aqui com a Luiza...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - André Martim é diretor do departamento ou da faculdade?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - É o diretor.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Chefe de departamento.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - No começo do ano houve um caso de denúncia, que saiu inclusive no “Estadão”, um caso de renúncia racista com relação a esse professor. Ele diz com todas as letras a seguinte frase dentro da sala de aula: “Se o Exército brasileiro não estivesse no Haiti, quem iria pôr ordem naquela macacada?” Disse isso com todas as letras. Isso saiu no “Estadão”, então foi uma repercussão bastante grande.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Falou na sala de aula?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Falou na sala de aula isso.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Desculpe-me, ele justificou falando que era um contexto dentro da sala de aula, ele estava falando como se fosse esse o pensamento dos colonizadores. Ele tentou justificar por aí. A partir daí...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Depois mande o link.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Sim, do “Estadão”, pode deixar.

Inclusive fizemos essa denúncia lá no último Conselho Universitário, mas agora vou para o que eu queria de fato incluir na CPI, e até concretizar como denúncia, que é

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

do próprio reitor, Marco Antonio Zago, que é a figura máxima da instituição USP. Foi algo que nos chocou bastante, porque foi a maior demonstração de que ...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Não entendi o que foi aquela declaração dele. Até agora não entendi o que ele falou sobre perseguição. Explique melhor, por favor.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Do Zago?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É, do Zago, essa última.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Vou relatar como foi o Conselho Universitário e depois expressei as nossas opiniões. Somos três RDs lá no Conselho Universitário. Aí a reunião já começou, antes de entrar na pauta, com um texto em que o Zago comentava as CPIs, os casos da Medicina, a repercussão na imprensa, as denúncias dos coletivos etc.

Em vez de criticar os agressores, criticou justamente quem os está denunciando. Ou seja, disse que a imprensa e os estudantes estão agindo de maneira inquisitória - isso também está escrito, tem no texto -, que essas pessoas estão fazendo purificações e são adeptos de autos de fé. Foram essas as palavras usadas no texto. Inclusive, o próprio texto já reproduzia uma das lógicas que mais perpetuam o machismo na sociedade, que é a culpabilização da vítima. Disse que são casos isolados, que são atitudes individuais, e com essas palavras, justamente, culpabilizava muito mais as mulheres que estão denunciando do que os agressores.

Seguido desse texto, as RDs mulheres não se calaram lá dentro do CO e todas nós, eu, a Vanessa e a Gabi Ferro nos inscrevemos para fazer falas. Já na primeira fala da Gabi, o reitor, utilizando-se da sua autoridade, interrompeu por várias vezes, debochou, atuou de forma a desmoralizar as nossas falas. Na minha fala, inclusive, ele se retirou. Não quis escutar o que eu tinha para dizer. E assim se sucedeu com todos os outros diretores de unidade. Inclusive eu, pessoalmente, disse que dentro daquele Conselho Universitário estava a maioria das pessoas que acobertavam os casos dentro da Universidade de São Paulo, porque o Conselho Universitário é formado na sua maior parte pelos diretores de unidade. E depois dessa fala, vários diretores, principalmente o diretor da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, foram bastante incisivos em suas

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

falas. Falavam coisas do tipo: “Vocês estão acusando a gente”, ou então: “Quero que vocês venham aqui”, um pouco que querendo nos expor. “Se você está fazendo uma acusação, então venha aqui.”

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Aqui onde?

**A SRA. MARCELA CARBONE -** Lá na frente, porque tem um pulpitozinho, que seria o lugar do microfone para as pessoas fazerem as suas falas.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** O Carlote fez isso?

**A SRA. MARCELA CARBONE -** Exatamente. Ele. Inclusive, no final, Gabi se propôs a responder ao Carlote e o Zago já estava aumentando o seu tom de voz. Deram cinco minutos de fala, ela continuou falando e o Zago começou a gritar com ela, dizendo para ela parar de falar, e começou a gritar para desligar o microfone: “Por favor, desligue o microfone”.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** A Gabi é de que curso?

**A SRA. MARCELA CARBONE -** Ela faz R.I., Relações Internacionais. Ela também é representante discente no Conselho Universitário.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Como é o nome dela?

**A SRA. MARCELA CARBONE -** Gabriela Ferro. Acho que ela vem amanhã. Ela tem todas as condições de trazer o depoimento.

Depois de tudo isso, no final, que na nossa opinião foi o que aconteceu de mais flagrante, de mais grave, a Vanessa, que está aqui - inclusive depois podem fazer perguntas a ela -, questionou um tema sobre o conteúdo da pauta, o orçamento da USP, fazendo uma interpretação do que, para nós, representam as atitudes do reitor e o projeto de universidade, o que tem a ver com a privatização. Ela disse que ele já tinha demonstrado que queria privatizar a permanência estudantil. Então era sobre esse tema que a gente estava discutindo.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Ele ficou absolutamente alterado com essa discussão e falou que ela não podia dizer isso, porque isso não estava escrito em lugar nenhum, não tinha nenhum documento que dizia que ele tinha dito isso e a obrigou a voltar para o microfone para que ela respondesse e se retratasse. E então ela não conseguia nem começar a falar, e nesse momento ele gritou bastante, dizendo: “Você não é capaz de me responder!” E dizia isso muitas vezes. “Você não tem capacidade de me responder!” E aí ela dizia uma frase e ele já interrompia dizendo que ela não tinha capacidade de responder.

Então, lá de trás, nós, RDs, começamos a intervir. De fato, não estávamos com a palavra. Rompemos um protocolo da reunião e ele também já estava enfurecido e começou a gritar com a gente, dizendo: “Vocês não estão com a palavra!” Gritando, utilizando não só da sua autoridade enquanto reitor, mas também do grito, aumentando o tom de voz, da desmoralização, do deboche. Nesse momento, um dos diretores, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, acho que de Ribeirão Preto, que estava na minha frente, começou a nos filmar, debochando, para nos desmoralizar.

O que aconteceu ali foi uma clara tentativa de desmoralização da Vanessa e dos seus argumentos, não respeitando nem um pouco a argumentação dela, não deixando ela concluir o raciocínio e coisas do tipo. Inclusive, algo que me esqueci de contar, no começo da reunião, quando a Gabriela Ferro estava se contrapondo ao texto em que o reitor fala da inquisição, ela chama o reitor de você e até pede para ele se retratar, porque ela acha a palavra inquisição muito forte. E ele, em resposta, fala que ela tem que ter uma postura mais adequada, o que também reflete isso, de dizerem que as mulheres são loucas, que as mulheres extrapolam, que as mulheres gritam.

Ele se utilizou disso o tempo todo, porque de fato nós falamos alto, nós não aceitamos gratuitamente o que ele estava dizendo. E então ele respondia isso, que nós tínhamos que ter mais compostura e tratá-lo com respeito. O que significa referir-se a ele como Magnífico Reitor, e que por ela não ter feito isso ela o tratou com desrespeito e por isso deveria ter mais compostura.

Então foi esse tipo de humilhação que nós passamos dentro do Conselho Universitário. A própria Neli, que é uma funcionária que sempre esteve em todas as greves, fez uma fala dizendo que muitos funcionários, principalmente as mulheres, sofrem muito assédio moral por parte dos professores, e ela até fez um apelo para que os diretores não fizessem mais esse tipo de assédio moral.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Há quanto tempo você é representante no CO?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Desde o começo de setembro.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Você levou esse caso do professor da Geografia?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Denunciei durante a minha fala.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ele é diretor de departamento, não é? Não sei como é que funciona a Geografia agora. Agora tem o diretor na faculdade e o diretor de departamento, é isso?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Isso eu não sei.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - O chefe de departamento de Geografia era o professor André Martin, que agora não é mais, trocou a gestão. O diretor da FFLCH é o Sérgio Adorno, outra pessoa.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É que no meu tempo era tudo diferente. Então, o diretor do departamento de Geografia é que era antigamente o diretor da Faculdade de Geografia?

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Não. É um diretor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, o Sérgio Adorno, e dentro de cada curso tem o chefe de departamento.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Que é esse, o Martin.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - O chefe de departamento era o André Martin. Agora, dentro do âmbito da chefia de departamento, acabou a gestão dele na semana passada e começou outra.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Já entendi. Mas quem falou esse negócio do Haiti na sala de aula foi o Martin, que era diretor de departamento.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Chefe de departamento.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - E ele inclusive é membro do Conselho Universitário e, excepcionalmente, nessa reunião, quando eu cheguei a fazer a denúncia, ele não estava. E qual é o problema? Todo tipo de denúncia que a gente vem fazendo, inclusive não foi a primeira vez que a gente debateu esse tema no Conselho Universitário, as respostas que temos é que já existem instâncias dentro da USP para apurar casos. Inclusive achei muito importante o que a Luísa Cruz de Melo falou, porque ela disse que recorreu a todas as instâncias. Eu nem sabia que havia esse SOS Mulher. E a resposta que o Zago dá é justamente essa.

E a opinião categórica do reitor, que é a instância máxima da Universidade, é a de que não é um problema da instituição e que a instituição de fato não tem que fazer nada em relação a isso, que são problemas individuais e que devem ser repudiados individualmente.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Deixa eu fazer uma pergunta. Agora é pegadinha mesmo. Você pode dizer o nome do menino que foi para cima da menina daquele coletivo. Você pode falar como dirigente do DCE? Não estou falando para a Luisa, mas para você.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Não, desse caso específico eu não tenho conhecimento. Então, não tenho como eu...

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ah, está bom. Mas você tem conhecimento de outros? Interdição, essas coisas?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Agora assim para te falar não.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - E o Daniel? Você conhece o Daniel, da Pinheiros?

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Não.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - O Daniel PM? Já ouviu falar dele?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Não.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT - Não?** Então está bom.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Eu só queria terminar com uma coisa que é que eu não sei qual é a possibilidade, porque o Conselho Universitário é filmado. Só que o filme do Conselho Universitário não pode ser liberado. Só que a minha opinião é de que se esse filme, qualquer pessoa que assista o filme do Conselho Universitário percebe que fica inquestionável o nível de assédio moral que ele fez para cima das RDs. Então, eu não sei se a CPI tem condições de exigir o vídeo desse CO para investigá-lo

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - É isso Sr. Presidente. A minha pergunta, na verdade, era exatamente sobre o que você está dizendo. Pelo que eu entendi parece-me que nessas reuniões essa é uma postura frequente com relação ao descaso quanto à denúncia, ou a tentativa de desqualificação das denúncias, e por outro lado, uma espécie de “encastelamento autoritário”.

Agora, a minha pergunta é a seguinte: esse é uma postura frequente? Há quanto tempo?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Bom a minha primeira reunião do Conselho Universitário foi no dia 2 de setembro de 2014, que foi exatamente no Conselho Universitário em que foi votada a desvinculação do HRAC que, e essa reunião foi bastante polêmica.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - É do HU que você está falando?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - É que o HU não chegou a ser desvinculado; foi adiado. Mas o HRAC que, que é o de Bauru, foi desvinculado.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Isso.

**A SRA. MARCELA CARBONE -** O Centrinho de Bauru. E essa questão era bastante polêmica. Nesse Conselho Universitário, inclusive, teve um problema na documentação, onde eu não estava sendo reconhecida como membro. Depois deu tudo certo. E aí eles usavam isso para me desmoralizar, principalmente o reitor. Ele dizia para mim: “Você não vai falar. Você nem é membro desse Conselho Universitário, não tem direito à fala”. Era sempre se utilizando do autoritarismo. Então, o meu primeiro contato com o reitor da universidade foi a partir dessa impressão, de que ele é absolutamente autoritário, que corta a fala, principalmente a das mulheres. Na minha opinião, no último Conselho Universitário estava com uma política consciente de desmoralizar as mulheres, justamente por ter uma concepção de que as mulheres são mais frágeis, etc. o que reflete toda uma lógica.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB -** Agora, nessas reuniões normalmente não são gravadas, documentadas, ou tem notas taquigráficas?

**A SRA. MARCELA CARBONE -** Tem. Elas têm Ata. Todas elas têm Ata. Inclusive nós recebemos as Atas, e nesse aspecto é possível disponibilizar as Atas.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB -** É possível.

**A SRA. MARCELA CARBONE -** É porque as Atas ficam conosco.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB -** Em algum momento vocês viram nas Atas, no acesso que tiveram às Atas, por exemplo, a descrição desses fatos?

**A SRA. MARCELA CARBONE -** O problema das Atas é que não tem o tom. De fato tem as coisas que ele diz, que na minha opinião já são absurdas. Mas eu acho que o que é mais flagrante é o tom. Porque imagina há um microfone, ele grita no microfone e não deixa a RD falar, entende?

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - E na Ata não tem como por em letra maiúscula.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Claro. Aí tem a filmagem. Todas as reuniões são filmadas. Tem várias câmeras filmando de todos os ângulos. De frente, de trás. Eu não sei se todas são. Eu sei que algumas são disponibilizadas ao vivo, inclusive. Se você quiser, você vai ao IPT, que é uma televisão da USP, que você consegue assistir ao vivo. Mas depois ninguém tem acesso. Eles não podem disponibilizar, entendeu?

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, eu gostaria de requerer formalmente a cópia das Atas dessas reuniões, e das gravações feitas nas reuniões do conselho, agora no ano de 2014, Sr. Presidente.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Essa reunião foi no dia... foi na terça-feira passada. Que dia que foi?

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Meu anjo da guarda aqui da comissão está me falando que nós estamos sem quórum. Então, deputado, precisa fazer essa aprovação amanhã. O deputado Bruno Covas teve que subir. Precisa aprovar, mas guarda esse requerimento para amanhã que nós estamos sem quórum.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Só para vocês saberem essa reunião foi no dia 9 de dezembro, onde aconteceu tudo isso.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Essa descrita?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Exatamente.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Tem alguma outra reunião específica que você gostaria de nos apontar para que pudesse ser feita a requisição específica? Enfim, uma reunião que marcadamente tenha tido traço de autoritarismo, desqualificação, enfim tentativa de desqualificação da mulher?

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Tem essa aqui do dia 2 de setembro de 2014. Eu posso tentar depois... amanhã que vamos debater? Eu posso tentar trazer com mais... porque todas as reuniões são registradas em Atas, e são bem flagrantes.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Se você pudesse disponibilizar as Atas que vocês já têm seria importante porque a cópia das Atas é de grande serventia para esta CPI.

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Eu vou tentar requerer a Ata dessa última reunião de alguma maneira.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Pessoal, vocês que vieram fazer os depoimentos, a Luisa e a Marcela, vocês vão ser ouvidas por todos os jornalista e vão ser entrevistadas. A Vanessa também está aqui, mas estamos prevendo que a Vanessa fale amanhã. Então, como já são cinco horas da tarde e todo mundo vai ter que ir embora, se vocês perdem essa oportunidade de poder explicar melhor. Acho que é muito importante tudo o que vocês falaram.

Deputado Marco Aurélio, gostaria de fazer alguma questão para complementar?

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Não. Eu também quero cumprimentar a Marcela e parabenizar vocês todos pela coragem. O deputado Carlos Bezerra Jr. Fez um requerimento que nós não podemos liberar por falta de quórum. Mas acredito que possamos dizer que está aprovado ad referendum e amanhã ratifica-se.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, e eu também sugeriria o seguinte: se os coletivos presentes têm alguma gravação dessas reuniões eles poderiam apresentá-las espontaneamente a essa CPI. Acho que isso também seria importante, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Excelente.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Na verdade nós estamos falando de vídeo, mas tragam o que tiver de registro, documento, foto, vídeo, gravação. Enfim, o que tiver, é bom trazer porque toda CPI quando é instalada ela pode, inclusive, ter o seu

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

tempo prorrogado. Essa não vai ser prorrogada porque nós temos um prazo para terminar mesmo. Não tem como prorrogar. Então, qualquer documento que alguém tenha, na dúvida traga. Se julgarmos que não é útil, não tem problema. Mas vai que seja útil, nós não perdemos tempo. Isso nos ajuda bastante. Mas nada impede de trazer também em outro dia. Mas, quanto antes melhor. Obrigado, Marcela. Parabéns.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** – Então, o encaminhamento é primeiro a gravação das reuniões do Conselho. Pessoal, nós já estamos terminando. O e-mail, repetindo, por enquanto é um e-mail bem precário e tal. [cpiuniversidades@al.sp.gov.br](mailto:cpiuniversidades@al.sp.gov.br). Quero pedir para a Luisa que tudo que tiver de BO, o que puder digitalizar, nos mandar para documentar. Evidente que esse negócio da Geografia, do professor ter dito lá o negócio do Haiti é super-importante, e também essa fala do Zago que eu tinha lido que é persecutório, inquisitorial é importante.

Então, amanhã nós retomamos a CPI às duas e meia da tarde. Ah, preciso ler um negócio aqui. “Art. 28 - Para registrar que as duas depoentes participaram como membros credenciadas pelo Art. 28 do Regimento Interno.”

Marcela, quantos anos você tem?

**A SRA. MARCELA CARBONE** - Tenho 22 anos. Vou fazer 23 agora em dezembro, na semana que vem.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Querem falar mais alguma coisa? Vanessa, aproveita que você veio e fala só boa tarde, seu nome, porque você foi bastante citada. Você é tão frágil. Ninguém sabe que você é tão braba assim. Dá uma palavrinha para o pessoal te conhecer. Identifique-se.

**A SRA. VANESSA DEL CASTILHO SILVA COUTO** - Boa tarde a todos, eu sou Vanessa, sou também RD do Conselho Universitário e faço Nutrição na USP. O campus da Faculdade de Saúde Pública, onde o professor Marco Akerman dá aula, também é o campus do caso da Mônica Mendes Gonçalves, que é aluna da Saúde Pública e minha amiga. Ela virá depor também, já depôs nas audiências, e nós estamos bem perto da Medicina e vivenciamos muito essa realidade.

O caso específico do qual a Marcela falou foi do CO, que aconteceu com a gente. Eu e a Gabriela estávamos planejando vir falar sobre esse caso amanhã. De fato,

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

foi muito absurdo. Infelizmente não temos o vídeo do que foi feito comigo, foi claramente assédio moral. Se eu tivesse esse vídeo, poderia processá-lo por assédio moral, pois foi uma situação gravíssima.

Com a própria Gabriela, temos vídeos amadores feitos com celular que mostram claramente qual é a postura do reitor em relação às nossas colocações. Ele desconsiderou toda a fala dela e disse que ela o estava tratando com desrespeito. Para mim ele falou que eu era incapaz, que não sabia responder e não me deixava usar a palavra em nenhum momento.

Estávamos ali falando de orçamento, e o CO inteiro foi marcado por muitos casos de machismo. Um professor que estava sentado na frente da Gabriela inclusive questionou se ela sabia ler as tabelas, se estava entendendo o que estava sendo debatido do orçamento. Quando eu fui fazer minha fala, foi um pouco nesse tom também, de como se nós, estudantes, mulheres, não soubéssemos lidar com números, com planilhas e com tabelas, como se não entendêssemos o assunto.

Enfim, ficou muito claro, tanto que os próprios diretores ficaram incomodados com a forma com a qual o reitor me tratou, dizendo que eu era incapaz. A tentativa foi claramente de me desmoralizar e me desestabilizar perante o conselho.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Qual é seu nome completo?

**A SRA. VANESSA DEL CASTILHO SILVA COUTO** - Vanessa Del Castilho Silva Couto.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Você é de que curso?

**A SRA. VANESSA DEL CASTILHO SILVA COUTO** - Nutrição, estou no quinto ano.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Quantos anos você tem?

**A SRA. VANESSA DEL CASTILHO SILVA COUTO** - Tenho 23 anos. A Gabriela também se dispôs a vir depor, inclusive um pouco nesse critério de que, se expomos esse caso, ficamos mais protegidas de fato. Durante a greve da USP, dentro do

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

DCE, fui uma pessoa que acompanhava muito as reuniões de negociação do Cruesp, em que se reuniam o Fórum das Seis, o Sintusp, a Adusp, as entidades de professores, os sindicatos das três universidades e os DCEs das três universidades. Já nesses espaços eu questionava muito o Zago, e ele já me tratava com muita autoridade, ao rir de falas, não prestar atenção.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Guarda um pouquinho para amanhã, senão você conta tudo hoje.

**A SRA. VANESSA DEL CASTILHO SILVA COUTO** - Eu quis dar um panorama do que nós vivemos para termos noção de que isso não é uma coisa pontual, é algo institucional que acontece na universidade como um todo. Acho que esta CPI será muito importante em relação a isso. Ter explodido os casos das faculdades de medicina foi muito importante, e tenho certeza de que agora muitos outros casos aparecerão em toda a universidade. Isso é muito recorrente e por isso será muito bom haver esta CPI. Amanhã poderemos continuar.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Tem a palavra a Sra. Luísa.

**A SRA. LUÍSA CRUZ DE MELO** - Gostaria de encerrar agradecendo à Mesa e aos deputados pela atenção. Gostaria também de dizer que, apesar de ter sido feito um convite - e não uma convocação - ao Zago, eu realmente espero que ele esteja aqui. Uma pessoa que tem a frieza de soltar uma nota como a que ele soltou depois de tantos casos publicados e chamar de ação inquisitória um ato de coragem de tantas mulheres de se expor na mídia e dentro da universidade. Eu só espero realmente que ele possa aceitar o convite ou então que seja convocado em uma próxima vez, pois, até onde minhas expectativas me induzem a acreditar, ele não deve comparecer.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Quero dizer o seguinte: vocês viram o professor Marco Akerman falar da força do testemunhal no depoimento. Nós, deputados, assessores e técnicos, podemos falar o que quisermos, não conta quase nada. O que vale é o testemunho, o depoimento sem montagem, sem pré-arranjo, espontâneo, natural, emocional, forte.

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

Nós não temos capilaridade, não temos rede, as pessoas não nos conhecem e não sabem se o negócio aqui é sério, pra valer. Por isso pedimos a vocês, de todos os coletivos, que nos ajudem a ter um caudal de depoimentos, sigilosos e não sigilosos, não só das vítimas, mas também dos algozes, dos perpetradores. Esse negócio dos perpetradores não pode ficar escondido. Não adianta falar da tortura se não falar do torturador. Essa é a lógica, precisamos identificar. Peço que vocês nos ajudem de tudo que for jeito.

**O SR. CARLOS BEZERRA JR. - PSDB** - Sr. Presidente, é apenas uma questão formal. Quero apenas fazer o registro de que a Luísa, a Marcela e a Vanessa são representantes de entidades idôneas, compareceram espontaneamente a esta CPI, têm um legítimo interesse no esclarecimento dos fatos em questão e foram, por decisão unânime dos membros desta CPI e pelo encaminhamento de V. Exa., presidente desta CPI, credenciadas de acordo com o Art. 28 do Regimento Interno desta Casa.

Portanto, queria apenas fazer a questão formal, até porque é importante formalizarmos as informações importantíssimas que elas nos trouxeram nesta tarde. Gostaria de parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos, reconhecer aqui a fala dessas mulheres e dizer do meu profundo respeito, como parlamentar, como cidadão e como homem, pela atitude e pela motivação que as traz aqui. Vocês não têm apenas nosso respeito, mas nossa integral solidariedade no esclarecimento de toda forma de abuso que vem acontecendo na universidade.

**O SR. ULYSSES TASSINARI - PV** - Sr. Presidente, também gostaria de parabenizá-las e agradecer a elas. O que vocês nos demonstraram hoje será de extrema importância para nossos trabalhos. Quero também reiterar nosso compromisso, seguindo o exemplo do deputado Adriano Diogo, de fazer todo o esforço possível no sentido de que esta CPI realmente atinja os objetivos que pretendemos que ela atinja. Este é um compromisso que nos assumimos, e levaremos a cabo esse intento para que ele realmente traga frutos benéficos para que todos esses problemas apresentados sejam solucionados. Muito obrigado, meninas, e um grande abraço.

**O SR. MARCO AURÉLIO - PT** - Quero parabenizar vocês que fizeram os depoimentos, mas quero também parabenizar todos os que aqui compareceram. Vocês não têm ideia de quão importante é termos o plenário lotado. Em uma sociedade

## DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

democrática, as coisas não funcionam somente pela legislação imposta, mas também pela pressão popular, pela participação popular.

O deputado Adriano Diogo já presidiu algumas ações de depoimentos extremamente importantes e gravíssimos aqui, no entanto com poucas pessoas presentes. Isso traz pouca repercussão e diminui o peso daquilo que é apurado. Portanto, a presença de vocês traz um peso muito grande. Quanto mais pessoas puderem acompanhar, isso fortalecerá cada vez mais esta CPI, que agora passa a ser a CPI de todos nós. Parabéns e muito obrigado. (Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Gostaria de agradecer ao promotor de Ribeirão Preto, Sebastião Sérgio da Silveira, que abriu o procedimento investigativo sobre a Batesão e todas as barbaridades que fazem em Ribeirão Preto. Muito obrigado.

A sessão está encerrada.

\* \* \*